

ATA N.º 3/2020

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2020:

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, e por videoconferência, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), José António Bombas Amador (CDU), Ademar Vala Marques (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), Inês Fitas Cação (CDU), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD) e Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de junho, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

2.º - Período de intervenção do público.

3.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Transferência de competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para a Freguesia de Ferrel;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a transferência de competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para a Freguesia da Serra d'El-Rei;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a aprovação do Protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e a Docapesca - Portos e Lotas, S.A., que tem por objetivo a transferência de competências da Docapesca para o Município, no âmbito do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio.

4.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e sete minutos, encontrando-se na sala os vinte e cinco membros que compõem a

Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Inês Fitas Cação (CDU), encontravam-se a substituir os senhores António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD) e Álvaro André Paiva Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP), António Aires Ferrão (GCEPP), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD) e Ana Rita Jesus Martins Rodrigues (PSD) por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Petinga, Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e Rogério Manuel Dias Cação (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

José António Amador (CDU):

Apresentou, verbalmente, uma saudação sobre o Motim de Peniche ou a Guerra das Espoletas, que a seguir se transcreve:

“Os oitenta e cinco anos do motim de Peniche ou a guerra das espoletas. O motim de Peniche, também conhecido como a guerra das espoletas, inscreve-se nas grandes lutas da resistência ao fascismo. No dia 13 de novembro de 1935, a população de Peniche, com destaque para os pescadores, conserveiras e suas famílias sublevou-se para impedir a saída de Peniche para as Caldas da Rainha de sessenta e dois mestres de barcos presos, tendo ocupado a vila, cortando as comunicações telefónicas e levantado uma barricada à saída de Peniche para impedir a saída dos veículos com mestres de pesca. A Guarda Nacional Republicana reprimiu ferozmente esta ação, provocando muitos feridos e assassinando a tiro um pescador. Nestes tempos a sardinha era apanhada com farelo para trazer à tona de água e com explosivos que se lançavam à água para a matarem ou atordoarem. Por causa deste processo, com a utilização das espoletas, ocorreram ferimentos graves e às vezes, mesmo mortos nas tripulações dos barcos. Na sequência da morte de

um pescador, as autoridades marítimas decidiram abrir uma investigação, após a investigação a Capitania do Porto de Peniche decidiu aplicar uma pesada multa aos armadores com prazo de pagamento muito reduzido, se a multa não fosse paga, os barcos não poderiam ir ao mar no prazo de um ano, aplicar uma pena de prisão a sessenta e dois mestres dos barcos que deveria ser cumprida na prisão das Caldas da Rainha. A prisão dos mestres e a proibição da pesca durante um ano representavam o agravamento da fome e da miséria para toda a população de Peniche que ficaria sem sustento e impedindo o funcionamento das fábricas de conservas. No dia 13 de novembro, quando as camionetas se encontravam na Praça Jacob Rodrigues Pereira, prontas para transportar os mestres para a cadeia das Caldas da Rainha, os sinos começaram a tocar a rebate, chamando a população à rua, o comércio e as escolas fecharam, as conserveiras das fábricas de conservas aderiram à luta, a população invadiu os carros destinados ao transporte dos mestres na tentativa de impedir a sua transferência. A massa humana segue para o portão de Peniche de Cima e pegando como se fosse papel, numa traineira ainda incompleta e outros materiais, barra a estrada, cortando o trânsito para impedir a saída das camionetas. Na zona da Prageira, antigo Juncal, foi derrubado o posto telefónico e foram cortados os fios, a comunicação de pedido de reforços por parte da Guarda Nacional Republicana passa por um triz, sendo posteriormente reforçada pela Guarda Nacional Republicana de outras localidades. A Guarda Nacional Republicana ainda tentou restabelecer as comunicações, mas face à resistência popular, esta força militar começou a disparar, matando o pescador Francisco Sousa e ferindo outros. A vila de Peniche, após estes acontecimentos, foi invadida por forças militares e outras forças de repressão, policia de vigilância e defesa do Estado, antecessora da PIDE. Sendo decretado o estado de sitio nos dias posteriores, realizaram-se dezenas de prisões, cerca de cinquenta na cidade de Peniche. O regime foi obrigado pela força dos acontecimentos e pela luta incessante da população a libertar os mestres e outros detidos e permitir que os barcos pudessem ir ao mar. Foi também com esta jornada de resistência que se conseguiu que uma reivindicação antiga dos pescadores de Peniche fosse realizada: a construção do Molhe Oeste. No dia 13 de novembro, em Peniche ficou assim marcado como uma importante luta contra o fascismo. Pretendemos manter viva a memória histórica desta luta e assinalar os oitenta e cinco anos deste acontecimento. Assim a Assembleia Municipal de Peniche, reunida no dia 30 de junho de 2020 decide apoiar todas as iniciativas que se venham a realizar em Peniche comemorativas dos oitenta e cinco anos do motim de Peniche ou guerra das espoletas."

Esclareceu que a única iniciativa que, nesta altura, está programada é uma sessão de esclarecimento com a população de Peniche na Fortaleza, que se irá realizar próximo da data do acontecimento.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Felicitou as populações de Ferrel e de Serra d'El-Rei, que comemoram nos dias vinte e dois de junho e um de julho, respetivamente, mais um aniversário da elevação de categoria a vila. Referiu que quando estas vilas foram criadas, nesta mesma Assembleia, foram colocadas um conjunto de questões por membros da mesma. A verdade histórica veio ao de cima e hoje podem dizer que valeu a pena aquelas localidades passarem a vila, desde logo, pelas suas políticas de proximidade perante as populações, porque realizam obra, porque prestam e isso foi visível, no âmbito da Covid-19, não como caridade, mas com políticas sociais ativas, um trabalho notável ao serviço das suas populações, seja na desinfeção da via pública, seja no apoio com equipamentos para as crianças poderem estudar em igualdade de circunstâncias, sejam por outras razões, nomeadamente na prevenção com as máscaras que foram distribuídas a todos. Acima de tudo, aproveitou a oportunidade, para agradecer o trabalho e o empenho de todos os autarcas, destes Executivos, das Juntas de Freguesia, os atuais e os que já fizeram parte dos Executivos,

assim como os membros das Assembleias de Freguesia, obviamente, um cumprimento especial aos trabalhadores destas duas autarquias, porque sem eles o trabalho das Juntas não era possível.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Começou por dizer que lamenta, porque, na sua opinião, deveria ser reconsiderada a transmissão da Assembleia Municipal pela página de Facebook do Município, porque é mais acessível à população e viram-se, deste o início da Pandemia, várias autarquias a fazê-lo.

Apresentou, verbalmente, um voto de congratulação a Vítor José Santos Severino pela conquista do Campeonato da Primeira Divisão da Ucrânia:

“Natural de Ferrel, concelho de Peniche, onde nasceu a 16 de agosto de 1983, iniciou a sua carreira como treinador estagiário na Académica de Coimbra na época 2005/2006, de onde se despediu como coordenador da formação na época 2013/2014, para rumar ao Futebol Clube do Porto como treinador adjunto. Na época 2016/2017, ingressou no Rio Ave e na época 2017/2018 no Grupo Desportivo de Chaves, ambos na Primeira Divisão Nacional, também como treinador adjunto do treinador Luís Castro. Chega a treinador-adjunto principal na época 2018/2019, no Vitória de Guimarães e na época 2019/2020 acompanha o seu treinador até à Ucrânia para assumir no Shakhtar Donetsk, o posto de treinador-adjunto principal onde se sagrou campeão da Ucrânia, no passado dia vinte de junho. É com orgulho que devemos olhar para este jovem ferralejo de trinta e seis anos, que, além de ser um enorme orgulho para a sua terra, deve ser um motivo de orgulho para o seu país, bem como para toda a sua equipa de trabalho. A Assembleia Municipal de Peniche, reunida no dia trinta de junho realça este feito da carreira do jovem treinador e endereça-lhe votos de maior sucesso a nível desportivo e pessoal e agradece a imagem que este filho da terra mostra no estrangeiro.”

Ademar Marques (PSD):

Concordou com o que o senhor Presidente de Junta de Ferrel acabou de dizer, relativamente à transmissão no canal de Facebook do Município, uma vez que, de facto, que seria uma forma acrescida de chegar, enquanto Órgão, à população, pelo que reforça a sugestão que, provavelmente, poderia ser feita ainda hoje com a partilha na página do Município.

Associou a Bancada do Partido Social Democrata ao voto de congratulações que o senhor Presidente de Junta de Ferrel fez, referindo que, de facto, deveriam saudar estes filhos da terra que, nas suas respetivas carreiras, levam o nome de Peniche, neste caso, também de Ferrel, além-fronteiras.

Vasco Serpa (GCEPP):

Disse que a Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche se associa aos votos de saudação.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Relativamente a uma notícia que surgiu no dia da última Assembleia Municipal sobre a aprovação por portaria do Governo, de verbas adicionais de três milhões de euros para o Museu Nacional da Resistência e, já do mandato passado, tem sido uma preocupação constante do Partido Social Democrata, que algumas das verbas dedicadas àquele projeto sejam investidas na recuperação das Muralhas da Fortaleza. Acrescentou que foi uma preocupação que tinham antes da decisão da instalação do Museu e que a mantêm. Tendo em conta que o texto da portaria é bastante equívoco e lato, perguntou, ao senhor Presidente da Câmara Municipal, se tem alguma garantia, até porque já deu conta da sua preocupação relativamente ao estado da muralha sul da Fortaleza que está exposta à ação mais violenta do mar, que as verbas aprovadas serão para investir na recuperação das muralhas seiscentistas da Fortaleza de Peniche.

A segunda questão tem que ver com o Baleal, na última Assembleia Municipal foi aprovada a questão do estacionamento e, na altura, ele próprio sublinhou a preocupação com o trânsito e com a circulação, e verificava-se que este ano ainda não foram colocados os semáforos nos acessos à ilha. Perguntou se era um atraso ou se estão para ser colocados.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Sobre o Museu Nacional, estiveram reunidos, ontem, com a equipa do senhor Diretor Geral do Património Cultural e um dos assuntos que abordaram foi a Fortaleza, nomeadamente o Museu Nacional da Resistência. Não pretende, como já o fez, adiantar muito, porque o deveria fazer, primeiro, em sede do Executivo Municipal. Referiu que os três milhões de euros da candidatura tem um determinado objetivo, que é conhecido, que tem que ver com a fase do Museu, a construção de novas infraestruturas, novos equipamentos e, também, a sua organização. Acrescentou que têm vindo a dizer e que alertaram já algumas vezes que era necessário investir na proteção das muralhas. Disse, ainda, que o Governo terá duas alternativas, ou consegue uma candidatura para o fazer ou terá que fazer investimento para o Orçamento do Estado e, na sua opinião, não há outra forma de o fazer. Na sua opinião, é impossível transferir das verbas que estão consignadas à candidatura, verbas para este efeito, sempre entendeu assim e quando a questão foi abordada, por várias vezes, sempre respondeu da mesma forma. Referiu que o nosso dever, como autarcas e nas funções que exerce, é continuar a fazê-lo em sede própria. Informou que a reunião de ontem foi a primeira com o senhor Diretor Geral, que está há pouco tempo em funções, e já tinham reforçado o pedido, porque entendem que é urgente fazê-lo.

Em relação ao Baleal, pensava que a sinalização estava colocada, tendo em conta que a época balnear iniciou no dia vinte e sete de junho. Referiu que iria questionar os serviços e depois daria conhecimento.

Sofia Barradas (PSD):

Disse que:

Constatou que está a decorrer a renovação do site do Município e, neste contexto, pretende questionar sobre uma proposta apresentada pelos senhores Vereadores do Partido Social Democrata na Câmara Municipal para reforço da transparência Municipal no web site do Município. Deu conta que a proposta do Partido Social Democrata tinha como objetivo disponibilizar um conjunto de informação no site do Município. A

proposta foi baseada no índice de transparência municipal, um índice que criou critérios uniformizados para aferir o nível de transparência nos Municípios, através da análise da informação sobre a governação local disponibilizada nos seus sites. Referiu que, obviamente, a transparência não se resume a uma lista de informação disponível, nem o facto de a Câmara Municipal o fazer lhe confere a qualidade de ser transparente, mas julga que é inevitável dar este passo e que esta é a direção certa para trabalharem. Uma vez que a proposta foi aprovada em reunião de Câmara e, na sua opinião, este será o momento certo para a sua execução, dado estar a ocorrer a renovação no site, perguntou qual é o ponto de situação relativamente a este assunto.

Madalena Rosa (PSD):

Disse que:

Na sequência de uma publicação efetuada pelo Município de Peniche, no dia quatro de junho, no Facebook, referente a trabalhos de limpeza efetuados no acampamento de etnia cigana, pretendia saber o que foi efetuado, quantas barracas existiam antes da primeira intervenção, quantas foram demolidas, quantas ficaram no local, quais são as intervenções futuras e, uma vez que no local existem novas estruturas, gostaria de saber a opinião do senhor Presidente da Câmara, relativamente a este assunto.

Em relação às ervas daninhas que se vêm a crescer nos passeios públicos por toda a cidade, todos sabem que os glifosatos e os pesticidas são prejudiciais e que não podem ser usados. Perguntou qual seria a solução, porque deixá-las crescer por si só não é solução.

Gostaria de saber se em época de Pandemia, o mercado abastecedor foi alvo de alguma fiscalização, no sentido de venderem a miúdo e não apenas por grosso. Perguntou que medidas foram tomadas e que medidas serão tomadas futuramente, por forma a poder ser cumprido o Regulamento.

Presidente de Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

O que se tem estado a fazer, em termos de comunicação, nomeadamente em termos da renovação do site, é um pouco mais do que foi referido, em termos de transparência. Adiantou que, no passado, tinham tido a oportunidade de falar no índice de transparência, a sua valorização ou não e de que forma é calculado, mas o que importa dizer é que se trata de uma missão dos autarcas para transmitir, acima de tudo à população, uma informação clara, transparente, objetiva e acessível para que todos percebam o que, no essencial, se vai passando na atividade autárquica do concelho. Disse que a proposta do Partido Social Democrata, na altura, tinha outros contributos que poderão ou não contribuir para essa clareza, que está a ser trabalhada e vai ser contemplada a breve trecho, tal como é seu propósito enriquecer os conteúdos do site e todos os outros instrumentos de comunicação e de informação no município.

Em relação à intervenção no acampamento e à limpeza, pensa já o ter referido na última Assembleia Municipal, mas o propósito, numa primeira fase, é limpar, mas também, numa outra etapa, o propósito é fazer com que haja uma aproximação àquela população, que, do seu ponto de vista, é essencial para as medidas que deverão implementar no futuro. Informou que foram retirados muitos contentores com lixo, algumas estruturas em madeira, mas é necessário, logo que haja recursos, voltar ao local. Acrescentou que, em relação às barracas, as mesmas estão referenciadas, sabe que

existem problemas, porque nascem crianças, e é preciso uma proximidade muito grande para que haja controlo. Referiu que, quer ele próprio quer os serviços, estão muito atentos àquela situação. Disse, ainda, que sentiu necessidade de ir ao acampamento no sábado passado e, também, no domingo, para acompanhar, porque há outras medidas para implementar assim que hajam condições para o fazer, e não esconde, mesmo sendo criticado, que há outras situações que terão de ser trabalhadas com aquela população. Adiantou que o assunto está bem referenciado, que vão tendo conhecimento do que se vai passando, em termos de comportamento das três famílias ali existentes. Reforçou que o objetivo não é agravar a situação, mas sim procurar encontrar soluções para uma questão que existe há muito tempo. Acrescentou que está determinado, que irá ao local sempre que for necessário, porque em certas circunstâncias a autoridade é precisa e deve ser perceptível para quem têm de impor regras. Informou que sábado existia, no local, uma estrutura de madeira, que de imediato solicitou a sua demolição, mas não o fizeram, no domingo voltou ao local, eles disseram que a mesma já tinha telhado, mas a indicação foi para demolir, porque o acordo não foi aquele. Neste momento a informação que dispõem é de que estão a demoli-la e a aproveitar a madeira para reconstruir uma que já existe e isso foi autorizado, ou seja, nas barracas que estejam em mau estado e algumas estão, até pelo número de crianças que ali existe, e se não demolissem a estrutura, o Município iria fazê-lo. Referiu que há uma determinação, há mais medidas a tomar, não há pressa, uma vez que aquilo dura há mais de 30 anos, até porque em termos estruturais, há outras medidas que devem ser tomadas e que terão de ser discutidas com alguma profundidade.

Em relação às ervas, na última reunião assumiu que o responsável é o Presidente de Câmara. Referiu ser verdade a existência de várias razões para que pudesse acontecer, mas não deveria ter acontecido, mas estão com alguns problemas, porque estão a atacar em várias frentes e, também, porque este ano as praias são mais exigentes, estão a ser montados mais equipamentos e para além disso houve um atraso nas praias. Adiantou que a grande razão para o que está a acontecer é o facto de se ter deixado de aplicar glifosatos. Informou que os serviços Municipais já aplicaram outro herbicida, que não tem glifosatos, são produtos naturais, mas não tem o mesmo efeito. Acrescentou que existem outras soluções, que segundo dizem são ilegais, mas que dúvida da razoabilidade dessa ilegalidade, mas estão a ser tomadas medidas, já deu orientações, a Junta de Freguesia de Peniche irá, também, intervir em algumas das áreas. Disse, ainda, que um dia poderiam falar da outra vertente e da aplicação ou não de herbicidas com glifosatos, as principais razões de não os deverem utilizar, mas não só nos municípios, também na agricultura e em outras áreas em que são usados, mesmo sabendo que existem técnicos que não concordam e que, inclusivamente, argumentam tratar-se de uma grande campanha de empresas multinacionais. Reafirmou que é o responsável pela existência de ervas daninhas, até porque, para além de ser Presidente de Câmara, é um Pelouro da sua responsabilidade, mas irão ser tomadas medidas, esperando que num futuro próximo esta situação deixe de acontecer.

Em relação ao Mercado Abastecedor, já foi respondido, trata-se de um problema que se arrastou durante anos, não havia intervenção, existem algumas lacunas, em termos de funcionamento, que se resolve alterando o regulamento, e já há orientações nesse sentido, e com alguma fiscalização, mas não é situação fácil. Referiu que, na sua opinião, teriam que encontrar novas regras, que passará pela alteração do Regulamento e intervir, de vez em quando, em termos de fiscalização, que já está a ser feita aos sábados.

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse que:

Em relação ao índice da transparência municipal, neste momento o assunto está a ser coordenado com a senhora Chefe de Divisão da Área Administrativa e Financeira para que tenham toda a informação o mais breve possível no site do Município, até porque toda a informação requer ser trabalhada, nomeadamente, por causa do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), uma vez que existe informação que envolve nomes de pessoas. Deu conta que o site do Município teria por base três sites, nomeadamente o de Vila do Bispo, de Alfandega da Fé e de Guimarães.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Relativamente ao acampamento, o senhor Presidente da Câmara falou em proximidade e referiu um acordo que fez com as pessoas do acampamento e, de facto, não era o primeiro acordo que existia, ou seja, no passado também existia um acordo que era de não haver novas construções, que foi cumprido no passado, mas agora não está a ser e, portanto, é preocupante que quinze dias depois de o Município ter estado no local a fazer uma ação, que era necessária, porque há ali um problema de saúde pública e é verdade que aquele é um problema muito grave do concelho, certamente mais velho do que algumas pessoas que ali estão presentes, mas não é por isso que não há pressa, é precisamente por isso que há pressa e o senhor Presidente mudava a questão da pressa consoante estão ou não em campanha eleitoral, porque na campanha eleitoral era urgentíssimo e tinha todas as soluções, agora já não há pressa e isso não faz muito sentido. Acrescentou que no site do município dizia que aquela era a primeira etapa das medidas, e a pergunta da senhora Deputada Madalena Rosa foi: "*Quais são as medidas seguintes?*". Solicitou que especificasse alguma.

Relativamente à questão da transparência, a preocupação não é com o índice, é com a transparência, ou seja, há uma proposta aprovada por unanimidade na Câmara Municipal que implica a divulgação de um conjunto de informação e não é porque há um índice que irá avaliar, mas porque é fundamental haver transparência.

Presidente de Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em termos de acordos, umas vezes foi cumprido, outras vezes não, e estava presente na Assembleia Municipal o anterior Vice-Presidente da Câmara Municipal que sabe quantas vezes foi alertado para o aparecimento de barracas, e isso aconteceu durante anos. Quando referiu que não há pressa é no sentido de estarem a ser tomadas medidas estruturais que têm que ser discutidas pelos órgãos próprios, nomeadamente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no momento próprio. Acrescentou que é recorrente vários autarcas referirem o programa eleitoral que elaborou, que fez convictamente, porque a situação é para resolver e o acordo vai no sentido de não haver mais barracas e de eles começarem a participar na limpeza do seu espaço, é um acordo lato de compromisso ético de responsabilização de quem lá vive. Referiu que lamenta não ter gravado dois dos encontros que teve com eles, tendo em conta que a conversa foi interessante, porque houve um envolvimento. Disse, ainda, que, na sua opinião, devem ser criadas condições de responsabilização, para que eles vivam com dignidade, mas tem de ser exigido que eles têm de ir ao médico, que as suas crianças têm de ir à escola, ou

seja, deve ser feito um contrato com aquela população. Adiantou que todos teriam de assumir de que forma iriam resolver aquilo e, na sua opinião, este não seria o momento para o discutir. Referiu que o documento sobre a Estratégia para a Habitação Municipal para a Área Social, que está a ser elaborado, estiver concluído terá de ser discutido, tal como terão de discutir, um pouco mais à frente, o Plano Diretor Municipal. Disse que não valia a pena estar a discutir as questões ao pormenor, porque elas terão de ser discutidas, as decisões não são do Presidente de Câmara, sozinho não decide, as soluções têm de ser partilhadas e não tem de ser por unanimidade, e quanto mais próximas estiverem as eleições do ano próximo anos, todos têm, naturalmente, a consciência que serão mais difíceis, mas o seu calendário não é esse. Acrescentou que não teme perder as eleições, caso concretize a sua candidatura, se o que estiver acima disso for resultado do que for determinante para o desenvolvimento do concelho, e este não tem calendário, se tivesse de ser no dia das eleições será. Poderiam não estar unidos na solução, mas todos sabem e têm consciência que não é um assunto fácil, será porventura o mais difícil ou pelo menos um dos mais difíceis, mas espera que nas horas e nos momentos determinantes consigam estar unidos para resolvê-lo, porque o desenvolvimento do concelho passa por ali, porque se pretenderem um concelho desenvolvido com uma “ferida” sempre aberta não é desenvolvimento, não é digno, não é sério, nem é justo para as gerações vindouras. Concluiu dizendo que espera que todos tenham atenção para o caso de existir mais algum foco de destabilização daquela natureza, que consigam reagir de imediato e que os proprietários dos terrenos o façam também.

Nuno Nico (PSD):

Disse que:

Em relação ao Parque de Campismo, gostaria de saber quais foram as normas implementadas para este ano, em termos de lotação, e em que condições irá funcionar numa altura tão complexa.

Relativamente ao controlo das autocaravanas, um assunto que se tem vindo a arrastar ao longo dos mandatos. Referiu que muita gente passou nessas campanhas e, na sua opinião pessoal, hoje em dia assume uma pertinência totalmente diferente nos dias que correm. Perguntou se existem algumas medidas que vão ser tomadas para regular o estacionamento de autocaravanas na parte exterior do Fosso das Murallas, tendo em conta o surto e todas as normas exigidas pela Direção Geral da Saúde, acerca dos distanciamentos e dos ajuntamentos, que acaba por ter curiosidade sobre a forma como vão conseguir orientar essas mesmas normas, nesta zona e noutras que existem espalhadas pela cidade.

A próxima questão está relacionada com um assunto que, provavelmente, irá ser dramático para o futuro da cidade de Peniche. Perguntou se já existe algum indicador ou alguma previsão do acréscimo do turismo na cidade, e se a Câmara Municipal acha que consegue prever um impacto para aqueles que trabalham diretamente ou indiretamente com a crise económica no turismo.

Gostaria de enviar uma mensagem de força a todas as pessoas, que nos últimos meses perdeu o trabalho ou uma fonte de rendimento, porque trabalhavam diretamente com o turismo, por causa do surto da Covid-19.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

Começaria por fazer dois registos positivos, um relacionado com a retirada de amianto nas nossas escolas, dando conta que o Ministério da Educação anunciou que uma série de escolas, por todo o país, de onde serão retiradas as placas de amianto dos telhados das escolas, os três Agrupamentos de Escolas do nosso concelho vão ter essa intervenção e, também, a Escola Secundária de Peniche. O outro registo tem que ver com o facto de existir, no Facebook, uma nova página de divulgação turística de Peniche, uma iniciativa da Empresa Hora H "Peniche 365" que divulga a nossa terra e o melhor que existe para visitar para quem vem de fora, que, na sua opinião, é uma boa iniciativa, felicitando quem a tomou.

Sobre a questão do mau serviço prestado pela Rede Expressos e pela Rodoviária do Oeste, gostaria de saber se já existe alguma resposta.

Relativamente ao apoio ao Associativismo, em outra Assembleia Municipal colocou a questão se existiriam apoios nesta altura de pandemia, mas não foi dada uma resposta clara. Perguntou, também, se existe algum programa de apoio ao comércio local, visto que irá haver uma diminuição de turistas no nosso concelho que, obviamente, irá prejudicar o comércio local.

Ainda no mesmo âmbito, na sua opinião, a realização da feira mensal foi um erro, não deveria ter sido feita, tendo em conta aquilo que é, infelizmente, o crescimento dos casos positivos da Covid-19 no nosso concelho. Referiu que foi imprudente e não contribuiu em nada para aquilo que é o desenvolvimento da nossa terra.

Deixaria alguns exemplos de outros Municípios que têm tomado medidas de apoio aos concelhos, que poderiam ser aplicadas ao concelho de Peniche. Fez referência ao Município de Santiago do Cacém que criou um programa de apoio ao comércio tradicional, ao Município da Nazaré que hoje lançou um pequeno vídeo de promoção turística do concelho, que está um espetáculo, elaborado pelos próprios serviços e pensa que em Peniche também seria possível fazê-lo, porque os nossos serviços têm capacidade para isso, e ao Município de Leiria que criou uma plataforma de divulgação e de venda de produtos locais e do mercado local da Nazaré e de Leiria. Também o Município de Leiria lançou um programa, vasto, de dezanove medidas com a criação de várias vias pedonais, espaços pedonais que irão ser criadas ao longo deste ano e do próximo ano e, de apoio ao Associativismo, a Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos que irá dar às suas Associações, aos seus movimentos culturais, um espaço, um alojamento, para que as mesmas tenham um site para divulgação das suas atividades, e gostaria de ver em Peniche algumas destas medidas.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação ao Parque de Campismo, há um plano de contingência, houve o envolvimento das pessoas que têm especialidade e competência na matéria e foram tomadas muitas medidas de prevenção. É do conhecimento de todos que o Parque Municipal de Campismo e Caravanismo esteve praticamente fechado, só podiam entrar as pessoas que trabalham em Peniche e as que lá têm residência, não quiseram fazer como em outros concelhos que fecharam completamente. Adiantou que estão a ser feitos mais alguns investimentos no Parque de Campismo, sabe que não tem havido qualquer problema, apenas existem, pontualmente, algumas reclamações, que não são apenas deste momento, que são pontuais. Acrescentou que tem havido a preocupação em fazer planos de contingência para todas as situações que a tal obrigue e que sejam necessárias.

Fez referência a duas pessoas em particular, para além do contributo da Delegação de Saúde, na pessoa do senhor Delegado ou de quem o substitui, ao Comandante da Proteção Civil do Município de Peniche, que intervém permanente, mas também a responsável pelo Setor de Higiene e Segurança do Trabalho do Município que, inclusive, elaborou, a seu pedido, um documento para as praias e não era nossa obrigação.

Em relação às autocaravanas, é uma estratégia, de algum modo, morosa que tem que ver com a tomada de algumas medidas, que vão sendo executadas de acordo com as disponibilidades, porque as frentes são muitas. Referiu que a Divisão de Obras Municipais que, no fundo, é um dos meios para o fazer por administração direta, umas vezes consegue outras vezes não. Deu conta que no ano passado foi iniciada a colocação de limitadores na Marginal Norte e tiveram que abandonar para fazer outros trabalhos e gostariam de ter feito mais, apesar de estarem a conseguir colocar alguns em estacionamentos, hoje estiveram perto do “Bananas Bar”, onde estiveram, para além de limpar, a melhorar a questão das limitações, em frente ao Balealcoop também se fizeram novos equipamentos e o objetivo é ir melhorando, dentro da medida do possível. Quanto às autocaravanas e os seus constrangimentos, atualmente, em colaboração com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, têm estado a apoiar, sob a direção desta, um novo espaço que, não sendo definitivo, fará com que as autocaravanas possam ir para lá, afastando-os das zonas de praia. Disse, ainda, que continuarão a intervir nesse sentido, pretendem sinalizar mais e limitar mais, mas não é fácil fazer tudo de uma vez, porque se conseguissem fazê-lo, fariam.

Em relação à questão do Fosso da Muralha, no primeiro ano de mandato foi tomada uma medida de limitação do estacionamento junto ao arruamento, limitaram praticamente a metade do que era prática até essa altura, pretendem limitar mais, mas a execução da obra, por si só, será aproveitada para limitar mais. Informou que já conversou com o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia para, dentro da medida do possível, logo que haja a possibilidade de conversar com quem têm de conversar, recuperar e colocar em funcionamento uma outra área de estacionamento de autocaravanas. Deu conta que o começaram a fazer, mas ainda não conseguiram concretizar, uma interligação de proximidade com os parques de autocaravanas que existem no concelho, portanto, isto deve ser visto como um todo e fazer esse envolvimento. Na sua opinião, as Juntas de Freguesia que o possam fazer, deverão ser parceiros, dispendo-se para fazer um acordo tripartido naquele local, porque com menos dinheiro de investimento conseguiriam organizar-se e criar essas condições.

Atualmente, ninguém consegue avaliar o decréscimo de receitas ou de resultados das empresas. Pode haver um palpite ou uma opinião, de grande parte das empresas, salvo raras exceções que são aquelas que possam ter beneficiado com novos mercados ou novas oportunidades. Tem solicitado, diversas vezes, que, para além das generalidades, precisam de objetividade, mas terão que lhes fazer chegar propostas, inclusive as organizações que existem no terreno e que conhecem. Pretendem fazer uma avaliação séria, também conhecem exemplos de outros municípios, mas está tudo tão bem elaborado que, em termos de apoios, saí pouco para a sua concretização. Acrescentou que não pretendia desvalorizar, mas gostaria que fosse palpável, concretizável, para poderem intervir, porque o Município de Peniche já apoiou diretamente, até este momento, cerca de setenta famílias, num envolvimento de mais de cem pessoas e devem continuar a fazê-lo.

Em relação ao amianto, não deu, ainda, esta informação à Câmara Municipal. Trata-se de uma medida do atual Governo, que questionou os Municípios, um por um, se pretendiam envolver-se na solução do problema com o amianto. Do balanço que estavam a fazer, concentraram-se numa escola e estavam a tentar resolver o problema antes do ano letivo iniciar, e na comissão de descentralização de competências da Educação, com o senhor Diretor Delegado, falaram nessa situação e o objetivo era resolver. Disse que o Secretário de Estado, senhor Carlos Miguel, colocou a questão e por si o concelho de Peniche, com certeza, está nesta solução, porque o desejo é acabar com o amianto em todas as escolas. Disse que não tinha a informação de como vai ser concretizado, não sabia se seria o Ministério ou os Municípios, ainda é uma questão que estava para resolver, sublinhando que pretende ter essa informação uma vez que ainda não a tem.

Deu os parabéns à Rádio, tendo em conta o que foi relatado pelo senhor Deputado Henrique Estrelinha, acha que é uma boa iniciativa, apesar de ainda não ter visto, mas todos os contributos que vierem, neste momento, nomeadamente aqueles que o senhor Deputado referiu, que vários concelhos estão a fazer, e que todos deveriam procurar organizar os empresários do concelho nesse sentido, principalmente as compras e vendas online dos produtos onde existe maior dificuldade em comercializar, são iniciativas que cada vez são mais usadas. Referiu que, na sua opinião, seria importante que conseguissem perceber, em termos de estrutura produtiva e comercial, o que poderia ser feito no site do Município, porque é, também, um objetivo e pensou que todos os contributos que vierem devem ser aproveitados.

Em relação à questão rodoviária que é transversal a todos os concelhos, infelizmente, é um momento particularmente sensível, não só por causa da Covid-19, é, também, pela transferência de competências para a Oestecim e para os Municípios e para o estado em que algumas empresas de transportes estão neste momento, e às reivindicações que eles estão a apresentar. Deu conta que houve uma reunião na semana passada com a empresa, estão a aprofundar e a tentar perceber aquilo que, de imediato, é preciso resolver, aquilo que são as maiores exigências de transportes, perceberem que as empresas quando não têm clientes para transportar, a tendência é terminar com essas carreiras, o papel dos Municípios é perceber onde é que isso é essencial e se conseguirem ser complementares uns aos outros ou não. Parece-lhe, inclusive, que podem ter que pensar no futuro em outro tipo de serviços, como alguns Municípios têm. Acrescentou que interessava todos procurarem o melhor serviço para a população, tendo também consciência a questão financeira, a sustentabilidade dos projetos. Adiantou que não se poderiam esquecer, e às vezes parecia que esqueciam, que o Município não é uma estrutura, uma instituição, que de um momento para o outro começou a ficar cheio de dinheiro e que há dinheiro para tudo, não há, estão com muitos cuidados até porque têm que fazer muitas aquisições e já referiu que este ano e o próximo ano é, particularmente, exigente, principalmente porque têm os investimentos que estão a fazer que são visíveis e outros que não são visíveis, mas que têm de ser concretizados, nomeadamente alguns que vai referindo, as viaturas, as máquinas e outras coisas mais.

O programa de apoio ao comércio local insere-se um pouco na análise que há pouco tentou fazer, vão perceber qual é o comércio que precisa de ajuda e o que é que a Câmara Municipal pode fazer. Referiu que foram tomadas algumas medidas que ajudaram, em concreto, algumas pessoas, como por exemplo, os três meses de isenção para o Mercado Municipal e outros, mas o que mais poderá ser feito, pediu que

concretizassem, para nós avaliarmos. Referiu que sabiam o que estava a ser feito e até mais do que estes concelhos, há mais concelhos onde, felizmente, existe muita gente atenta, mas há outros que não sentem necessidade de implementar medidas. Quando se vê os resultados do Gabinete de Apoio às Empresas, percebem que aquilo devia ser mais, agora, pelo menos, em termos de informação e de apoio, ele existe e vão tentar potenciar.

Em relação à feira mensal, estava à espera que o assunto fosse levantado hoje. Referiu que, desde 12 de março, provavelmente foi a decisão mais complicada que teve e a tentação era não a realizar, era o mais fácil, e assumir. A questão é serem sérios e fazer uma avaliação na região e concentrar-se no Oeste. Teve essa perceção, não foram todos, alguns fizeram cedo demais, se calhar precipitaram-se, mas as coisas, sendo bem organizadas, no nosso caso achou que foram bem organizadas, deu muito trabalho, houve um Plano de Contingência, podem melhorar, houve um comerciante que se fartou e foi-se embora. Deu conta que foram reforçadas as medidas, colocaram quatro elementos da Polícia de Segurança Pública e mais trabalhadores municipais, controlaram as entradas e saídas. Acrescentou que todas as situações, mesmo os três que apareceram hoje a mais, felizmente estão a ser controlados, sabem de onde vêm, avaliaram a envolvente, de vez em quando há uma preocupação acrescida, porque há uma situação ou outra que não alertam logo, e isso é mau, todos deveriam ter consciência de que quando há alguma situação que existe alguém positivo ou que há alguma dúvida, o melhor é avisar a Delegação de Saúde, o Comandante da Proteção Civil, a si próprio, os Presidentes de Junta de Freguesia. O senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, sabe como foi o primeiro caso em Geraldês e não foi comunicado. Sabe que, a partir do momento em que se faça a feira, se aparecerem três ou quatro casos, aí é que se começa a suspeitar que é da feira, aí talvez fosse crucificado. Quem têm que decidir, de vez em quando, tem que arriscar e quando têm pareceres, de um lado e de outro, complica, portanto, conscientemente decidiram avançar. Entretanto, foi pressionado para a fazer no mês de julho e disse que não, porque não nesse mês não é tradição realizar-se. Confessou, com toda a verdade, que no dia da feira esteve lá às seis da manhã, que não conhecia nenhum feirante, mas o sentimento que teve foi de que aqueles feirantes também tinham que comer, aquelas pessoas, mesmo que possam ter comportamentos que pontualmente podem ser criticados e formas de vida diferentes das nossas e, talvez, o defeito esteja neles, mas também está em nós que não os conseguimos integrar, e eles são gente e quanto menos integrado estão, pior para as sociedades.

Registou o que foi referido pelo senhor Deputado Henrique Estrelinha, estão numa fase de avaliação, por isso é que apela que lhe deem contributos com objetividade, de coisas em concreto. Na sua opinião, têm que apostar onde há dificuldade, os empresários ou as pessoas desempregadas, as famílias. Apresentar medidas para encher o olho, na sua opinião, não é suficiente.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

De facto, é de saudar a iniciativa de remoção do amianto, e espera que se concretize na prática, porque, de facto, era uma coisa anunciada, pelo anterior Governo era em relação a todos os edifícios públicos, era mais ambiciosa e não se concretizou, ter-se-á concretizado em alguns edifícios, mas não em todos, em relação às escolas, parece-lhe, de facto, uma prioridade e espera que se concretize, contudo, chamou à atenção para o facto de no Despacho ou Portaria onde menciona as escolas, se falar da Escola Básica

de Atouguia da Baleia, que é nova, não tem amianto, certamente, a anterior tem telhas, portanto, a Câmara, uma vez que foi articulado com o Ministério, deve verificar e perceber se têm identificada a escola correta.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Relativamente ao amianto, não sabe se foi no mandato anterior ou se foi neste, mas sabe que quem pediu estudos sobre as diversas escolas foi o mesmo Governo, ou seja, foi o Governo Português, e pediu à Câmara Municipal anterior, aliás, há um estudo por cada uma das escolas básicas integradas.

Em relação às autocaravanas, achou imensa piada à discussão sobre as autocaravanas, porque, primeiro, há um projeto que a Câmara Municipal tem, que tem o custo que foi divulgado pelo senhor Presidente da Câmara, mas que é o custo resultado do grau de exigência da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia de então, porque a proposta inicial era simples, baseada nos setenta ou oitenta mil euros e que depois foi crescendo e chegou ao valor de cento e cinquenta mil euros mais IVA, portanto, não há dúvidas. Referiu que durante os mandatos anteriores, ouviu que Peniche era o problema dos problemas, relativamente às autocaravanas e que o litoral alentejano tinha resolvido o problema. Perguntou onde está, neste momento, o maior problema das autocaravanas no país? No litoral Alentejano. Acrescentou que o problema é que este é o ano em que mais viaturas deste tipo estão a ser alugadas pelas pessoas que estão a passar férias, o que significava que podem ter o problema que já tiveram agravado por esta procura no mercado.

Sobre os transportes escolares, esteve sempre em contato com o senhor Vereador Mark Ministro, via email, que este é um problema que tem de ser resolvido. Deu conta que tiveram estudantes do 11.º e do 12.º ano que perderam muitos minutos de aulas, porque chegaram atrasados todos os dias, e deu um exemplo na última Assembleia. É verdade que o senhor Vereador Mark Ministro tomou a iniciativa, que agradeceu, mas no dia seguinte já não foram vinte e cinco minutos, foram vinte, e no outro dia não foi vinte, foi vinte e dois, andaram sempre nos vinte e cinco, vinte minutos. Perguntou se os alunos têm que ser penalizados por haver obras nas Caldas da Rainha, nas estradas, nas vias de comunicação? Os jovens estudantes estavam a preparar-se para fazer exames do 11.º e 12.º ano e foram penalizados por isso, em termos de aprendizagem chegar uma semana inteira entre vinte e vinte e cinco minutos, atrasado a escola tem, obviamente, reflexo naquilo que aprenderam, e ninguém aqui pode dizer que não tem responsabilidade. A Rodoviária é a responsável por isto e deve ser chamada a atenção para eventuais responsabilidades. Adiantou que se fosse Encarregado de Educação de alguns dos jovens que chegaram atrasados, iria pedir responsabilidades à empresa, porque isto é injusto e por isso é que dizem que nem toda a gente está em igualdade de circunstâncias no acesso ao ensino, porque uns, os pais vão levar à escola, outros têm que ser as empresas de transportes públicos e aqui reside uma diferença substancial.

Sabem o momento que vivem, já falaram sobre a questão da COVID e das consequências, estão todos muito preocupados com a questão da saúde, mas também com o impacto da economia, nomeadamente da economia local. Face à realidade que vivemos e às medidas de distanciamento social que tanto se fala, perguntou se iriam ter ou não Mundial de Surf em outubro. Parece ser uma pergunta simples, de uma iniciativa que é simples, mas não é, é uma iniciativa que é fundamental para não haver tanto

desequilíbrio na economia deste concelho nos próximos meses, mais uma vez, e por isso, é uma preocupação que têm, que querem partilhar com a Assembleia, e se houver alguma novidade e, obviamente, que sabem que estas novidades hoje, podem amanhã sofrer evoluções e isto tudo volta à estaca zero, mas se houver uma informação era importante.

Na última reunião da Assembleia Municipal foram colocadas, pelo público, questões relativamente à abertura das praias. Ficou com a ideia que seria no dia vinte e sete de junho, oficialmente, neste concelho, mas, independentemente de ser no dia vinte e sete ou em outro dia, o importante é perceber a evolução desta questão, ou seja, os concessionários vieram à reunião de Câmara, através da videoconferência, colocaram as questões, a Assembleia Municipal pronunciou-se, o senhor Presidente também deu a sua opinião, ele próprio foi dos que defendeu que devia haver uma aproximação com a Câmara Municipal, no sentido de se encontrar uma solução de apoio, e quer perceber qual foi o apoio que a Câmara deu, que, na sua opinião, não tem outra alternativa, relativamente a isto, senão apoiar estas pessoas, porque elas precisam do apoio municipal, ainda por cima nesta fase.

O senhor Presidente, na sua intervenção, falou, e bem, relativamente àquelas questões, e que ele próprio é das pessoas que mais lhe coloca a questão, relativamente às barracas do acampamento de etnia cigana, e isso é verdade, e também é verdade que foi das pessoas que na Câmara mais vezes deu indicações para mandar barracas abaixo. Leu tudo o que se escreveu pelas redes sociais, obviamente que todos leram, acha que há coisas injustas naquilo que se diz, até porque quem passa por aqui sabe a dificuldade que é tratar deste problema, mas não podem fugir dele, têm que encontrar uma solução. Adiantou que não alinhava em soluções de integração da comunidade cigana nos bairros sociais deste concelho. Sempre defendeu e mantém, de forma coerente, que se encontrasse uma solução neste concelho que fosse uma solução como existem noutras partes do país, dando o exemplo concreto de Avis. Disse, ainda, que a comunidade cigana não tem os nossos hábitos culturais, são diferentes, e a principal forma de resolver este assunto é respeitar a diversidade cultural e têm que encontrar uma solução para resolver este problema, porque o problema da comunidade cigana não era só na cidade, era em todo o concelho. Duas a três vezes por semana tem que mandar limpar toda a zona onde eles vivem, no exterior, todas as semanas, e falava com eles como deve de ser, não tem problema nenhum e chama-os à atenção para aquilo que eles devem ser e também sabe as reclamações que tem de alguns municípios. Estes problemas existem e devem ser encarados de frente, não têm outra hipótese, e sem se encontrar uma solução para colocar a comunidade cigana, podem fazer a limpeza que quiserem, podem fazer e deitar abaixo as barracas que quiserem, que não resolvem o problema, minimizam os impactos, portanto, tem que se encontrar a solução e, na sua opinião, no âmbito do PDM, que está a ser construído, deve ser encontrada uma solução de localização, um espaço, onde esta etnia possa ser integrada, obviamente com a qualidade de vida a que tem direito, com os direitos e com os deveres que lhe estão associados, porque o grande problema é que alguns deles pensam que só têm direito, e é necessário trabalhar muito nesse sentido.

Por diversas vezes foi dito pelo senhor Presidente da Câmara para apresentarem soluções relativamente à questão da Covid-19. Portugal tem no mesmo período, relativamente ao ano passado, mais de cem mil desempregados e não será difícil de prever que no final do ano este número possa duplicar, em vez de cem mil, podem ser duzentos mil, vai crescer de forma muito significativa. Pessoalmente, acha muito bem que a Câmara Municipal apoie todos aqueles que têm necessidade, e a Câmara deve

estudar, relativamente às rendas de casa, insistindo na proposta de recomendação que fez na última sessão da Assembleia Municipal, relativamente aos escalões mais necessitados de água, que ainda seja continuado esse apoio, porque quando as pessoas que adiaram os pagamentos da luz, que agora vão ter que a pagar, vão sentir na pele, quando pagarem essas faturas, então o dinheiro dessas faturas vai para apagar o atrasado e não vai haver dinheiro para comer, isto é a questão social e por isso têm que encontrar soluções para que a nossa população não tenha problemas muito mais graves e depois, em vez de apoiarem sessenta famílias, vão ter que apoiar muitas mais. A sugestão que fez, obviamente que acompanha o que os senhores Vereadores propõem nas reuniões de Câmara, é de que deve ser criado um Fundo de Apoio Municipal para estas situações, que será utilizado, se for necessário, mas têm que existir um fundo financeiro que permita este tipo de apoios.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Houve uma questão, na última Assembleia Municipal, que se esqueceu de referir, o agradecimento à Câmara, na pessoa do senhor Vereador Mark Ministro, pela disponibilização da Escola do 1.º Ciclo para a realização do ATL da freguesia. Aproveitou para dizer ao responsável pelo Pelouro das Obras, o senhor Presidente da Câmara, que convinha que as obras no edifício onde está a Biblioteca fossem rápidas, além do ATL, porque em setembro começam as aulas e se forem presenciais há pouco espaço.

Não ia elencar as questões que tem colocado nas últimas Assembleias Municipais, até porque já é uma lista considerável, mas perguntou, se relativamente às questões, já existe alguma resposta, nomeadamente naquela que lhe parece mais simples, a questão do envio dos mapas, que já leva mais de seis meses, do IMI e da Derrama que a Bancada do Partido Socialista pediu e não foram ainda enviados.

Aproveitava para colocar uma questão que também já colocou, sobre os pontos de recolha de óleo alimentar, porque há muito poucos no concelho e do ponto de vista ambiental é uma necessidade gritante do concelho.

Pretendia colocar, pela primeira vez, a questão dos recetores de pilhas usados, porque nos últimos ecopontos não têm sido colocados e praticamente já não existem. Cingindo-se à Freguesia de Ferrel, uma vez que não conhece a realidade das outras, pretende perceber, quer os pontos de recolha de óleo alimentar, quer de recolha de pilhas.

Relativamente aos asfaltamentos, ao alcatrão, sabe que a questão foi debatida na última Assembleia Municipal, mas surgiu um dado novo e quis, de forma muito direta, perguntar ao senhor Presidente da Câmara se tem data prevista para o início dos asfaltamentos, se já tem a lista de ruas definida e se tem definido qual é a rua por onde vai começar.

Relativamente às praias, existe muito pouco ou praticamente nenhum controlo, nomeadamente na Praia do Baleal, que iniciou a época balnear. Sabe que existem equipas de nadadores salvadores, mas sendo uma praia muito concorrida, basta estar sol para estar cheia de gente, crê que seria importante haver uma equipa da Câmara Municipal, nomeadamente da Proteção Civil ou funcionários, numa perspetiva de informação e de sensibilização. Recordou as equipas que costuma ver, e bem, na altura da Corrida das Fogueiras ou na altura do Carnaval, muitos funcionários ou voluntários ao serviço da Câmara, e bem, e, na sua opinião, deveria acontecer o mesmo, nesta altura, com as praias, fosse no sentido da prevenção, fosse no sentido de informação e sensibilização.

Perguntou o que estava previsto para as praias não balneares, dando como exemplo as praias da Almagreira e do Pico da Mota, que havendo bom tempo, também têm muita gente e não têm praticamente controlo nenhum.

Ângelo Marques (PS):

Disse que:

Todos têm a noção de que existe um sentimento geral, e neste momento as pessoas estão preocupadas, relativamente ao que vem a seguir a esta pandemia, uma crise económica que obviamente vai assolar todos os países do mundo e também, obviamente, Portugal. Perguntou se a Câmara Municipal já discutiu e se está a pensar em elaborar algum Plano Estratégico para atenuar as dificuldades que se prevê, em resultado desta pandemia, nomeadamente ao nível económico e social. Sabe que, pontualmente, muitos do que aqui estão fazem propostas, o Partido Socialista também fez propostas muito concretas, todos os senhores Vereadores, na Câmara Municipal, o têm feito, têm sido aprovadas algumas delas e gostaria de saber se ainda existe um plano com uma estratégia definida para o que vêm aí.

Dentro deste âmbito, mas mais relacionado com o Turismo, e pegando naquilo que foi a proposta do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel. Pedro Barata, que também vê com bons olhos, a questão das equipas de sensibilização e informação, nomeadamente para as praias. Perguntou, porque existe, quer queiram, quer não queiram, incentivos de algumas Câmaras Municipais dirigidos, sobretudo a turistas portugueses, em articulação com entidades hoteleiras, em articulação com as empresas do setor do turismo, de que forma tem a Câmara Municipal desenvolvido ações de promoção, de segurança sanitária, face à Covid-19, no sentido de criar um ambiente atrativo, um ambiente seguro para os visitantes, turistas e para os habitantes do concelho.

Relativamente ao Agrupamento de Escuteiros 1228 de Atouguia da Baleia, foi informado que este agrupamento de escuteiros não tem sede para a realização das suas atividades. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, que, em conjunto, tentassem solucionar esta questão que lhe parece de todo importante.

Era importante que os semáforos, na via de acesso à Ilha do Baleal, fossem colocados o quanto antes, porque está a criar grandes incómodos.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Relativamente ao Campeonato do Mundo de Surf, tem estado em contacto, mas não há, ainda, decisão, quando houver transmitirá, até porque a questão não é nacional, é internacional.

Também quer alinhar com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, até porque no início do mandato foi confrontado com situações em que parecia estar tudo decidido e uma parte das famílias do acampamento de etnia cigana poderiam ir para os Bairros Sociais. Referiu que não simpatizava com essa solução, na sua opinião, poderiam criar maior instabilidade. Disse, ainda, que, pontualmente, como já foi feito há muitos anos, com uma ou outra família poderiam tentar experimentar, mas muito bem acompanhado.

Em relação à questão dos apoios da água, estão atentos, nomeadamente ao primeiro escalão, porque há muita gente que, se tiver com dificuldades, tem acesso aos

apoios. Referiu que há, também, um apoio às famílias carenciadas, nomeadamente um apoio às rendas, que é significativo para quem está em condições de aceder, que pode ir até 60% de apoio do valor da renda, que tem vindo a crescer, apesar de não haver muita gente a pedi-lo. Não havendo sequer esse plano, quer nestes investimentos, quer na questão dos cabazes, onde têm a colaboração de várias instituições, de entidades e de empresas, mas sobretudo do Município, mesmo sem haver o bolo determinado existe esse propósito e existe essa intervenção, já o tendo referido no passado.

Em relação às obras na Escola de Ferrel, iria colocar a questão. Deu conta que hoje esteve a falar com a responsável das obras e a tentar perceber o ponto da situação, e o propósito é que todas as escolas que são para intervencionar, que o consigam fazer antecipadamente e a tempo, e esse é, também, o propósito para a Escola de Ferrel.

Em relação a outras propostas, como os oleões, os recetores de pilhas, na sua opinião, deveriam seguir aquilo que é o propósito de algumas Juntas de Freguesia que vão colocando as questões, como já têm colocado a questão dos contentores, estas questões quando são enviadas para nós, tentamos encaminhar. Agradecia que quando alguma medida que parece ser fácil implementar ou alguma questão que é fácil ultrapassar e que não a consigam resolver, que repitam. Relativamente à questão colocada pela Junta de Freguesia de Ferrel, sobre os contentores, não é uma questão fácil de resolver, até porque é mais um investimento, considerável, mas vão procurar ir implementando, um pouco por todo o concelho, de forma razoável, aproveitando os investimentos de cada orçamento. Concretamente, em relação a algumas insuficiências ou propostas de ecopontos, deslocalizações de contentores, oleões, alguns deles não dependem apenas da Câmara, dependem também da empresa com quem os Municípios trabalham.

Em relação aos asfaltamentos, o processo está a ser desenvolvido, já tinha referido na outra sessão, vão promover uma reunião com os senhores Presidentes de Junta. Como sabem, o Município está numa fase de transição de Chefias, amanhã entrarão os três novos Chefes de Divisão e, portanto, a partir daí, há aqui um trabalho a fazer, mas os processos estão a ser desenvolvidos, assinou, ontem, a parte final do processo de aquisição de massa asfáltica. Sobre o outro processo, não está em condições para o referir, mas nada vai avançar sem falar com os senhores Presidentes de Junta.

No que diz respeito às praias, fazia um desafio, principalmente a quem tem mais praias, para que deem o seu contributo, em termos de intervenção junto das pessoas, de sensibilização, e já agora, ninguém o referiu, que se faça justiça à equipa, particularmente aos técnicos da Divisão de Energia e Ambiente, mas não só, também aos técnicos do Gabinete de Imagem que têm estado a fazer um trabalho, até com pouco tempo, muito bom, de informação e de sensibilização, que está aplicado em todas as praias. Adiantou que os poderes de competências nas praias são partilhados com várias entidades e a responsabilização não é clara, o próprio diploma não o clarifica, e deveria clarificar. Esclareceu que a equipa de Proteção Civil é o Coordenador, e já há muito tempo, em sede do Executivo Municipal, referenciou isso, mesmo o antigo colaborador da Proteção Civil, que pediu mobilidade para a Oestecim e que foi autorizada, ainda não foi substituído, será feita uma proposta para ser substituído em breve, e, na sua opinião, aquela é uma das equipas que, em termos de futuro, como fizeram com os Sapadores, tem de ser reforçada. Estão a acompanhar, aguarda uma informação sobre as praias para fazerem o balanço e ver o que podem melhorar, porque contar com voluntários não é fácil, até porque a questão que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata,

referiu, relativamente à Corrida das Fogueiras, há voluntários, mas há, também, muita gente que o Município tem que pagar, nomeadamente trabalhadores, e bem, que estão ao serviço do Município, mas que são pagos. Aquilo que foi há muito anos, uma organização praticamente só sustentada com voluntários, já não corresponde à verdade, há voluntários, mas há uma máquina estruturada, que á existe há muitos anos, e pensou que é uma das áreas que se podem orgulhar em termos de Município.

Relativamente à situação económica, disse que a estratégia é apoiar aquilo que sentem que é preciso apoiar. Terão que verificar se a situação não se agrava tanto como pensam que pode agravar, vão fazendo a avaliação e ter a cabeça fria para tomar as medidas certas nos momentos certos. Acrescentou que tem estado com atenção, tem ido registando, algumas coisas que vão sendo ditas podem ir sendo aplicadas, há outras medidas que não estão sempre a anunciar, nem querem ter essa informação, porque se vão divulgar isto de uma forma muito profunda, talvez comecem a ter direito a algumas medidas aqueles que não deveriam ter, e não é o caso das rendas, porque tem um regime muito apertado. Outras situações, conhecem situações de apoios à alimentação, há várias instituições que o fazem na cidade e há pessoas que vão buscar a todas as instituições, e aí é preciso ter algum cuidado.

Em relação aos semáforos, há pouco referiu que vai verificar a questão.

Em relação aos Escuteiros, tem a informação. Sobre a questão da Escola do 1.º Ciclo, não vale a pena estar a voltar ao assunto, porque é uma decisão do passado, que entenderam respeitar. Entrevieram, tal como a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, que colaborou para tentar perceber se havia possibilidade de uma partilha, chegaram à conclusão que não, vão ver depois como vão utilizar os espaços exteriores. Em relação ao passo seguinte, os escuteiros estavam numas instalações que não estavam em condições para lá estarem, equacionaram várias soluções, inclusive um terreno para construir um novo equipamento que, em princípio, estava mais ou menos acertado para mais tarde avançarem. Neste momento estão numa escola, o processo está mais ou menos parado. Entende que há uma abertura e pode haver uma solução, uma proposta dos escuteiros, em termos de futuro, quando essa proposta chegar, estarão cá para avaliá-la e para decidir, porque, na sua opinião, é uma questão unânime, em termos de sensibilidade da Assembleia e do Executivo Municipal para o concretizar. Vão verificar, não era fácil, porque se houvesse instalações na Vila de Atouguia da Baleia seria o ideal, não havendo, se não conseguirem arranjar essa solução vão esperar, aguardar que os escuteiros lhes digam o que querem. Recentemente conversou com os escuteiros, falou, também, com o senhor Presidente da Junta de Freguesia sobre isso, portanto, não se devem precipitar.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Sobre a questão das praias e em relação às equipas, a título de exemplo, a Cultura e o Desporto que não vão ter inventos, são equipas, se não têm horas extras, já gastam por ano cerca de duzentos mil euros, e isto é uma questão de saúde pública, paguem horas extras para eles o fazerem. Sobre os voluntários, referiu que é uma questão de mobilização. A Junta de Freguesia de Ferrel já fez obras, limpezas, desinfecções, máscaras e até os computadores com voluntários. Relativamente à sua disponibilidade, deu conta que, no dia 17 de maio, através da aplicação WhatsApp, com a Comissão Municipal de Proteção Civil, perguntou se existiam orientações para a fiscalização das praias, porque era um domingo e estava a praia cheia de pessoas. Na altura, o senhor Presidente da Junta

de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, concordou, e perguntou quais eram as orientações de fiscalização, e apenas obtiveram uma resposta do senhor Comandante da Policia Marítima a dizer que era da sua jurisdição, mas que andavam em várias praias e não tinham tempo, e prontamente respondeu que continuava disponível se precisassem da sua ajuda.

Carlos Policarpo (GCEPP):

Disse que:

A sua intervenção tem que ver com o que sem falado aqui, e várias vezes são referidos outros concelhos e, na sua opinião, devem aproveitar o que de bom existe nesses mesmos concelhos, mas como o foco tem que ser Peniche, acha que era de elementar justiça referir que somos dos primeiros concelhos a fazer a elaboração das máscaras, com uma série de voluntárias que colaboram com este município, um trabalho meritório que deve ser realçado.

Relativamente ao apoio social, em especial aos Idosos, fomos os primeiros, Caldas da Rainha e Nazaré foram a reboque da nossa estratégia, e estas coisas devem ser realçadas, porque o foco deve ser Peniche e estas informações devem ser transmitidas à comunidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

FILIPE OLIVEIRA:

Disse que iria falar em seu nome e de colegas seus que estavam presente.

Relativamente à venda ambulante no Baleal, o senhor Presidente da Câmara sugeriu que fossem colocados Chapitôs, mas entendem que não o conseguem fazer. Pretendemos solicitar ao senhor Presidente da Câmara, uma vez que é um pouco apertado, se podem colocar bancadas todas iguais, em branco, com chapéus, porque se colocarem Chapitôs terão que colocar, também, chapéus de sol, caso não seja possível, sugerem que coloquem uma tenda para que possam todos trabalhar.

Referiu que, depois de saberem de que forma podem trabalhar, pedem que haja uma fiscalização para que possam perceber se tudo está a trabalhar convenientemente.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Há questões difíceis de responder e gostava de não ter que o fazer. Referiu que o assunto esteve em discussão na Câmara Municipal, sugeriu que se fizesse uma reunião entre os vendedores habituais e a Junta de Freguesia de Ferrel e, caso a Câmara Municipal tivesse que participar o faria. Informou que houve uma reunião prévia, no dia que discutiram a descentralização de competências, e esta questão foi introduzida. Quando o senhor Filipe Oliveira referiu que o Presidente de Câmara defendeu, não, foi o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, que defendeu a colocação

daqueles equipamentos, ele próprio apenas acompanhou. Entende que é um ano de transição, o que sugeriu foi que a Junta de Freguesia, no fundo, pudesse ajudar a Câmara Municipal, propondo novos equipamento e que tivessem este ano para avaliar e poderem falar com a Agência Portuguesa do Ambiente, que tem, também, competência, ao que se disponibilizou para fazer esse acompanhamento. Referiu que não quer avançar a posição que expressou naquela reunião, e entendeu que seria justo a Junta de Freguesia ter uma intervenção substancial, mesmo considerando que o licenciamento deste ano é autorizado pela Câmara Municipal. Adiantou que, na sua opinião, não há condições, mas o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, dará a sua opinião, mas deve ser realizada uma reunião entre os vendedores e a Junta de Freguesia e, se for necessário a Câmara Municipal estará presente, num esforço de encontrarem uma solução. Continuará disponível para o fazer, respeitando, também, de algum modo, a opinião da Junta de Freguesia, mas acha que têm de fazer uma ponte. Agradeceu e saudou os vendedores do Baleal por terem vindo à Assembleia Municipal e colocarem uma questão que, sendo complexa, não é impossível de resolver.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Tem muito respeito pela opinião da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, mas, na sua opinião, este é um ano de pouco investimento para as pessoas, por um lado porque a época balnear vai ser difícil, por outro lado percebendo que as coisas devem melhorar, relativamente à apresentação, à venda de produtos, que acha muito bem, mas deveria ser trabalhado com as pessoas que aqui estão, que aproveitou para saudar, faz todo o sentido, este ano, haver algum entendimento entre todos e acalmar os ânimos, relativamente ao investimento, porque este ano não é de investimento, é um ano para as fazer as coisas o melhor possível.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Pretendia, também, agradecer aos vendedores do Baleal por terem vindo à Assembleia Municipal colocar esta questão. Sabe que a questão tem sido discutida na Câmara Municipal e que havendo opiniões divergentes, há aqui uma questão de bom senso que, ainda que se queira chegar a uma solução melhor, estão no verão e neste momento o importante é arranjar uma solução que viabilize a venda destes senhores no Baleal, porque se, e embora tenham muitas dúvidas quanto à oportunidade da realização da feira mensal, tiverem a preocupação dos feirantes terem que poder vender para comer, e eles são quase todos de fora, então com as pessoas de cá, por maioria de razão, tem que se encontrar uma solução, ainda que esta possa não ser a definitiva, tem de haver uma solução e no imediato. Compreende que haja preocupações, quer de estética quer de localização, mas ao abrigo do que existe hoje, há um direito e esse tem que ser assegurado.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Na sua opinião, é, da parte do senhor Presidente da Câmara, uma falta de respeito dizer às pessoas para ir à Junta de Freguesia, fazê-las andar para trás e para a frente não é ter respeito por elas se o assunto é assim tao urgente, a decisão está na mão da Câmara Municipal, portanto, se o senhor Presidente quer resolver pode fazê-lo, não

precisa mandá-los para a Junta de Freguesia. Que fique bem claro que a Junta de Freguesia não é contra a venda naquele local. Deu conta que a Câmara Municipal tem um parecer desde janeiro e que esteve numa reunião pública da Câmara Municipal, onde estavam, também, os vendedores, por acaso, e lhes disse para irem à Junta de Freguesia à noite porque iria haver uma reunião e eles foram quase todos, exceto um grupo de vendedores, mas o parecer emitido foi escrito à frente dos vendedores, portanto, eles sabem a opinião da Junta de Freguesia e concordam com ela, que é a venda ali não ser feitas naqueles termos, é a única coisa que não estão de acordo. Adiantou que chegar a um consenso, perceber-se que tipo de mesa e criar uma solução transitória para este ano, sem grande investimento, está tudo bem, mas isso é uma decisão da Câmara Municipal, o parecer da Junta de Freguesia pode ser um e a decisão da Câmara Municipal pode ser outra, na sua opinião, o parecer não é vinculativo. Acrescentou que por isto tudo é difícil haver um trabalho mais colaborativo, porque a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e a Junta deveriam ter reunido e o assunto tinha ficado resolvido, e o senhor Presidente da Câmara não estava na Assembleia Municipal a dizer que aqueles equipamentos foi a Junta de Freguesia que defendeu. Assegurou que a venda como tem sido até aqui, um dia que seja a Junta de Freguesia a defini-la não vai continuar, porque aquilo não é dignificante, nem para o Baleal, nem para os próprios vendedores, que numa situação minimamente duradoura querem melhor condições. Disse, ainda, que, uma vez que os vendedores estão a ouvir, o senhor Presidente da Câmara que diga quem é que decide, de quem é a competência, é da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Não foi falta de respeito, foi tentar resolver o problema e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, sabe que tentaram discutir este assunto e transferir esta competência e ver como é que a faziam. Referiu que tem a mesma posição que o senhor Deputado Ademar Marques, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel sabe. É verdade que se atrasaram, começaram em janeiro e fevereiro, depois surgiu a Covid-19 que lhes criou alguns problemas, mas estas pessoas também têm que viver e sente-se com alguma dificuldade quando é confrontado com uma posição diferente, que respeita, mas que não era esta, e tentou, no fundo, criar condições de consensualização e não estavam só os dois na sala, estavam mais pessoa. Adiantou que o seu propósito não é levantar dificuldades, entende é que é um ano de transição e já agora, uma vez que a Câmara Municipal faz sempre tudo mal, alertou para lhes fazer chegar, com tempo, as propostas, porque todos falham, que entendem, para serem avaliadas e ser proposto a quem devem. Acrescentou que também gostaria de não ter este problema, mas se a decisão é da Câmara Municipal será assumido. Uma vez que já expressou a sua opinião, se for o Presidente da Câmara a resolver, fica já resolvido, mas está de acordo que aquele espaço deve ser melhorado e dignificado, até porque os senhores vendedores já expressaram que estão disponíveis para isso.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Referiu que enviaram o parecer em janeiro, relativamente à posição da Junta de Freguesia, se tem a mesma opinião do senhor Deputado Ademar Marques, proponha à Câmara Municipal e resolva.

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse ao senhor Filipe Oliveira e aos vendedores do Baleal que a Câmara Municipal iria encontrar uma solução a partir da próxima segunda-feira.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação do documento.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

A EDP tem, neste momento, um conjunto de técnicos na região que nós não conhecemos e existe um problema que urge melhorar, que é a questão dos LED que, como qualquer candeeiro, tem as suas avarias, tem o seu prazo de validade e é preciso dizer à EDP para os substituir, mas, neste momento, está a demorar três meses, e isto não pode ser, nós vivemos num país da Europa bastante civilizado, desenvolvido e em progresso social, e é tecnicamente difícil de explicar porque é que para substituir três LED numa freguesia leva entre três a quatro meses, portanto, venha de lá a reunião com a EDP para que possamos dizer cara a cara o que há para dizer.

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Informou que propôs os pontos dois e três, referentes às transferências de competências, porque falou com os senhores Presidentes da Junta de Ferrel e da Serra d'El-Rei se este assunto, que foi aprovado na Câmara Municipal, chegava a tempo de reunirem com as Assembleias de Freguesia. Foi-lhe dito que sim, uma das Juntas de Freguesia reuniu na sexta-feira, outra na segunda-feira, e pelo que entendeu as Assembleias de Freguesia aprovaram a transferência de competências, razão pela qual o assunto estar na ordem do dia da Assembleia Municipal.

2) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO N.º 1 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL, PARA A FREGUESIA DE FERREL:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação do documento.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que:

Se congratula com a vinda deste assunto, para a transferência de competências para as Juntas de Freguesias de Ferrel e de Serra d'El-Rei. Aproveitou a oportunidade para dizer que, da parte da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, na altura, pediu mais tempo para subscrever a transferência de competências, porque, para si e para a Junta de Freguesia, o que estava em causa era muito mais do que aquilo que está em discussão neste momento, tendo em conta que é uma freguesia muito maior, sem colocar em causa obviamente a capacidade e a dignidade das outras freguesias, levou-o a ter algum cuidado na aceitação deste desafio. Entretanto, no desenvolvimento desta situação, foi confrontado que afinal o que está em causa já quase todos o faziam, apenas há um aumentar em algumas áreas, mas que já acabavam por o fazer. Perante esta situação, e porque com a situação da Covid-19, o tempo foi-se protelando, neste momento o que constatam é que o que está em discussão é importante, mas não é nada que não possam ou não consigam fazer. Posto isto, gostaria de dizer à Câmara Municipal e ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia não ficou muito satisfeita, porque pensaram que, a determinado momento, era possível conciliar as duas coisas. Referiu que não gosta e, na sua opinião, o concelho de Peniche é demasiado pequeno para ser um concelho a duas velocidades. Acha que podiam, no exercício da boa vontade, tentar juntar as quatro juntas, era isso que esperava, afinal falam todos em solidariedade, mas isso é o que há menos. Lamentou que neste momento, os autarcas desta cidade, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, particularmente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, estejam a colocar o concelho de Peniche a duas velocidades. Na sua opinião, as duas freguesias, a de Peniche e a de Atouguia da Baleia, em particular a sua, mereciam mais respeito, particularmente a Freguesia de Atouguia da Baleia que é deveras maior em área e sobretudo em termos de trabalho, de intervenção da Junta de Freguesia, não tem comparação com nenhuma outra e qualquer autarca responsável saberá reconhecê-lo, por isso lamenta muito que estejam a constatar o proporcionar um concelho a duas velocidades, e a seu tempo e de forma praticamente imediata, a Junta de Freguesia vai requerer uma reunião com o senhor Presidente da Câmara para resolver este problema, não é justo o que se está a passar e não é sério o que se está a fazer.

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Em primeiro lugar, disse que a Mesa da Assembleia Municipal, em tempo útil, chamou à atenção da Câmara Municipal do que se estava a passar, em relação às duas Juntas de Freguesia que pediram a transferência de competências, primeiro Ferrel e depois a Serra d'El-Rei. Referiu que foi a Mesa da Assembleia Municipal que reuniu com a Câmara Municipal para tentar resolver uma situação, que na opinião da mesa, já não cumpria a Lei da Transferência de Competências e, na altura, a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia disse, em tempo útil, que não queriam a transferência de competências nem para 2019, nem para 2020, só queriam apenas para 2021, portanto, se houve duas velocidades foram as Juntas de Freguesia que o entenderam fazer.

Em relação à questão de ser fácil ou difícil, referiu que a transferência de competências está legislada, se não entenderam o que era para transferir, é um problema

que terão que resolver com o Executivo, e mais, disse à senhora Chefe da Divisão de Administração e Finanças, Josselène Nunes, na semana passada, quando se marcou esta reunião, porque o assunto foi aprovado em reunião da Câmara Municipal do dia 22 de junho, e para não prejudicar mais as Freguesias de Ferrel e da Serra d'El-Rei, uma que tem direito desde dezembro de 2019 e a outra desde junho de 2020, teve que falar com os Presidentes de Junta de Freguesia para reunirem com as Assembleia de Freguesia para que hoje pudesse ser votado, hoje, na Assembleia Municipal.

Relativamente à área da Freguesia de Atouguia da Baleia, também acha que é a maior, mas o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, é que terá que negociar, terá que fazer a proposta, as duas Juntas de Freguesia que faltam já o deveriam ter feito, aliás a Direção Geral das Autarquias Locais deu mais quinze dias de prolongamento, se não o fizerem terá que ser a Mesa da Assembleia Municipal a ir ao Executivo para tentar resolver o problema de Atouguia da Baleia e de Peniche, mas espera que tal não aconteça.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

A intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal foi muito correta. Os caminhos traçados, relativamente à transferência de competências foram decididos por cada um dos órgãos, Peniche e Atouguia da Baleia quiseram ter competências só a partir de 01 de janeiro de 2021, a Serra d'El Rei e Ferrel quiseram trabalhar mais cedo, e Ferrel foi mais longe, quis as competências em 2019, portanto, o prazo de pronúncia que tiveram foi livre e terminou no dia 30 de setembro de 2019. Acrescentou que se isto não estava a ser justo nem sério seria da parte do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, e não é justo, quando se discutem assuntos desta natureza, entre Juntas de Freguesias, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, haja este tipo de adjetivos, não é justo, desde logo, porque o senhor Presidente da Assembleia Municipal teve uma posição que, a todos os títulos, deve ser valorizada nesta sessão, porque tentou congregar diferenças de opinião, até porque, também, já esteve sentado onde está neste momento a senhora Vereadora Ana Rita Petinga, e sabe a dificuldade que é construir documento de delegação de competências, mas não se está a discutir isso, estão a discutir autos de transferência de competências, que é diferente, e isso significa que, a partir de agora, a Câmara Municipal, sobre estas competências, tem responsabilidade zero, a responsabilidade é da Serra d'El-Rei, de Ferrel, será de Peniche e de Atouguia da Baleia quando entenderem. Na sua opinião, todos sabem o que se passou, e não há nenhum problema em dizer que este processo foi demorado, não deveria ter sido tão longo, mas não há problema nenhum e foi sempre com esta postura que a Serra d'El-Rei esteve durante a negociação. Deixou um agradecimento a todos os membros da Câmara Municipal que tentaram, também, ajudar a encontrar soluções para que este assunto fosse resolvido o mais cedo possível. Referiu que sempre que a Câmara Municipal apresentou uma proposta à Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei colaborou sempre. Hoje, a Freguesia da Serra d'El-Rei e de Ferrel, estão num estado de desenvolvimento da situação, diferente, que se não fosse hoje a Assembleia Municipal ficaria como o órgão mais desprestigiado de sempre, porque ela própria não cumpria o seu papel, porque decidiu e pronunciou-se no sentido de as competências passarem para as freguesias e a 30 de junho teriam que estar à espera das Juntas de Freguesia de Atouguia da Baleia e de Peniche, não, até porque eles só passam a ter estas competências

no ano de 2021. Adiantou que na Assembleia Municipal de setembro, sem qualquer problema, podem avaliar as propostas que sejam negociadas entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, só entrará em vigor para 2021, por opção daquelas Juntas de Freguesia.

Relativamente às propostas, em concreto, os valores, obviamente, obedecem a critérios de equidade, ou seja, têm que ter em conta as diferentes realidades e os valores são diferentes desde logo, porque, tal como dizia o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, que concorda, a Freguesia de Atouguia da Baleia, pela sua dimensão, terá mais metros lineares para limpar do que qualquer uma das que está hoje em apreciação, terá mais espaços verdes, e julga que nesse ponto de vista, aquilo que foi trabalhado nestes meses foi nesse sentido. Disse, ainda, que a proposta teve a concordância da Junta de Freguesia, na negociação, a Assembleia de Freguesia já se tinha pronunciado há dez dias atrás, mas voltou novamente à Assembleia de Freguesia, ontem, com a negociação fechada, votada por unanimidade, portanto estão em condições de proceder à votação e, obviamente, agradeceu a todos, aos técnicos do Município, ao Executivo Municipal, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e à Mesa da Assembleia Municipal, que em janeiro deste ano os chamou para tentarem encontrar uma solução, parabéns a todos.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Muito já falou sobre este assunto, quer na Assembleia Municipal, quer em reuniões públicas da Câmara Municipal, quer nas Assembleias de Freguesia, e gostaria de deixar claro que não guarda rancor de ninguém. Preparou uma intervenção, porque, na sua opinião, este processo deve ser encerrado hoje com a sua votação, mas deve permanecer nas atas, pelo que passou a ler:

«Processo de transferência de competências entre o Município de Peniche e a Junta de Freguesia de Ferrel – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.

Relativamente a este processo existem demasiados erros, ilegalidades, desrespeitos e incentivos à desunião que são para deixar para trás das costas, são para serem encerrados com a deliberação deste assunto, mas não podem ser esquecidos.

Este processo durou quase dois anos, após a saída da legislação. Fazendo justiça, será importante lembrar que foi Jorge Gonçalves enquanto Presidente desta Câmara Municipal o primeiro a fazer protocolos com as Juntas de Freguesia, sem que a Lei o obrigasse e lembrar também que com a entrada em vigor da Lei 75/2013, Jorge Amador enquanto Vice-presidente, fechou acordos com as Juntas de Freguesia em 6 meses. Ambos os dois, quer os autarcas, quer os processos, podem ter tido erros e podem não ter sido os melhores, mas ainda estávamos por conhecer Henrique Bertino, o Presidente de Câmara que iria ignorar as obrigações da Lei, deixando que o processo se arrastasse por quase dois anos, nunca respeitando a Junta de Freguesia de Ferrel.

Desde 2017 que esta equipa ambicionava ficar com estas competências. O programa eleitoral que saiu vencedor nas autárquicas de 2017 em Ferrel, continha bem explícito que era um dos principais objetivos. Ficando a faltar ainda o Pinhal Municipal, ao qual regressaremos com certeza mais tarde.

Fizemos a primeira abordagem ao assunto a 21/08/2018, e esperamos que a 21/08/2020 o processo esteja encerrado, perfazendo quase dois anos. Durante estes dois anos tivemos submetidos a tudo o que em campanha eleitoral alegadamente se combateu por parte da força política que saiu mais votada para a Câmara Municipal, entre outros exemplos o sectarismo político. As únicas respostas que tivemos foram, a não resposta. Em pleno julho de 2018, após a colocação de dez

papeleiras na via pública por parte da Junta, por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, a Junta de Freguesia deixa de ter acesso a sacos do lixo. Enquanto ao mesmo tempo sobre as competências nos diziam que estavam a avaliar, essa reposta corrente. Pois bem, dois anos para avaliar as competências em que ficamos sem acesso a sacos do lixo, por alguém que dizia que a limpeza era a sua prioridade e praticamente sem acesso a Corta-canais e Niveladora, por alguém que dizia privilegiar as relações com as Juntas de Freguesia.

Após a minha participação em reuniões de Câmara públicas e após várias intervenções nesta Assembleia Municipal, chega a primeira resposta do Presidente: "Têm que acionar. Quando eu não cumprir a Lei, se eu for incriminado, se eu perder o mandato não se preocupem comigo que eu tenho a minha vida resolvida."; Foi esta a resposta do Presidente da Câmara Municipal de Peniche em plena Assembleia Municipal enquanto lesados estavam a Junta de Freguesia e a população de Ferrel.

No dia 17/12/2019, surge a primeira resposta da Câmara Municipal de Peniche à Junta de Freguesia de Ferrel por escrito, que dizia apenas "Deliberação n.º1492/2019: Foi presente em reunião de Câmara, a correspondência enviada pela Junta de freguesia de Ferrel, registo n.º17930, de 4 de outubro de 2019, tendo o senhor Presidente informado que, do ponto de vista técnico, está a ser trabalhada uma solução que, a seu tempo, apresentará à Câmara Municipal."

Ou seja, com três meses de atraso a resposta é, respondemos quando eu quiser.

Foi preciso o Presidente da Assembleia Municipal marcar uma reunião a 07/01/2020, com os Presidentes de Junta de Freguesia e com os Líderes das bancadas com assento na Assembleia Municipal, para no dia 28/01/2020, haver a primeira reunião entre o Presidente da Câmara e os Presidentes de Junta, no mínimo com 9 meses de atraso.

Após os compreensíveis atrasos e com uma Pandemia pelo meio, foi novamente necessário recorrer ao Presidente da Assembleia Municipal e desta vez aos Vereadores da oposição para conseguirmos ter respostas. E desta feita com todos atentos era inevitável o cumprimento da legislação.

Conforme referido por nós várias vezes, era apenas necessário sentar à mesa e negociar. No dia em que isso aconteceu, foram necessárias menos de duas horas para haver acordo. Que fique registado, isto não é suficiente para a Freguesia de Ferrel, mas face ao decorrer deste processo, nós apenas queríamos fechar acordo. Agora é desejar que no futuro quando os protagonistas forem outros, haja mais compreensão e disponibilidade.

Deste processo fica na história a atitude lamentável e inqualificável de um Presidente de Câmara que para além do tratamento dado a uma Junta de Freguesia que desde sempre quis poder trabalhar legitimamente em toda a sua área administrativa, ao invés de unir e reunir as Juntas de Freguesia em prol do interesse comum, tentou desuni-las, chamando a atenção as suas assimetrias e fomentando a discussão permanente sobre quem é o maior, que é que tem mais trabalho e quem é o melhor. Isto a juntar às correntes insinuações não fundamentadas do Presidente da Câmara Municipal de que os dados que apresentámos não eram bem assim e que as contas não eram bem aquelas. Nesta última o Presidente tinha razão, as contas não eram bem aquelas, a limpeza tem um aumento superior àquele que apresentámos e por exemplo nos espaços verdes o aumento não são 600%, são quase 800%, 785% para ser exato.

Por fim referir o que para mim é ainda mais triste, começou e vai acabar este processo em Peniche e mesmo com uma Comissão criada para o efeito que nunca reuniu, e o Presidente da Câmara Municipal não conseguiu juntar os autarcas para discutir o seu território e as suas competências.

Deixo o meu agradecimento a quem se mexeu para que o assunto não ficasse esquecido, ao Presidente da Assembleia Municipal e aos Vereadores da oposição, que em outros episódios são chamados para servir de desculpa à não execução dizendo-se que bloqueiam, mas que desta vez

recebem de Ferrel o agradecimento por terem ajudado a desbloquear. Deixo de fora o Sr. Vereador Mark Ministro e a Sra. Vereadora Ana Rita Petinga, pois embora estejam na câmara em funções, bem sei que não têm culpa do sucedido.»

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Na sua opinião, há, em relação a um dos assunto e, nomeadamente, em relação à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, e, também, em relação à intervenção do senhor Presidente Assembleia Municipal, um mal entendido, porque parece que não estão a querer ver uma coisa, é que estão a falar de dois assuntos distintos em simultâneo, e o Partido Social Democrata tem a mesma opinião sobre estes dois assuntos, desde o princípio da sua discussão. Deu conta que foi ele próprio o primeiro, na Assembleia Municipal de junho do ano passado, a alertar para aquilo que a Câmara Municipal tinha de fazer, ao abrigo desta nova Lei, que não estava a fazê-lo, porque os prazos eram apertados, já deveriam ter começado as negociações com as Juntas de Freguesia e não tinham sequer começado. Referiu que, na sua opinião, este é um processo que deveria ser claro, incontestável e transparente, só que este processo que estão a falar é o das novas competências e aquilo que se está a falar e o que está a ser negociado, não é só o das novas competências, é também o das anteriores, e é em relação a isso que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, que não precisa que o defendam, se refere e ele tem toda a razão, porque estão a avançar a duas velocidades. Adiantou que, na reunião que tiveram em janeiro, disse que as duas Juntas de Freguesia tinham toda a razão e que o assunto já deveria estar resolvido em dezembro, mas a solução, que tinha que avançar antes das outras, em relação às novas competências, porque umas aceitam outras não, que fosse encontrada tinha que valer para todas, isto é um ponto que lhe parece essencial e, na sua opinião, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia também percebem que a proporção daquilo que é cometido às Juntas de Freguesia de Ferrel e da Serra d'El-Rei tem que ser dado às outras. Agora, porque razão existe um erro, porque, de facto, não estão a falar apenas das novas competências, estão a falar das que já são exercidas, e por isso estão a misturar dois assuntos que deveriam ser resolvidos ao mesmo tempo, mas que não faz sentido que duas Juntas de Freguesia pelas competências, que todos exercem, recebam mais do que as outras. Relativamente às novas competências não tem dúvidas, já está muito atrasado, devia ter sido em dezembro, ou até antes, no caso da Freguesia de Ferrel, mas em relação às freguesias e àquilo que é atribuído a cada freguesia, por cada freguês, para as competências que são exercidas, há que diferenciar, é bom que se recorde que este processo, que teve início em 2014, quando o votaram disse logo que se estava a cometer uma injustiça tremenda em relação à Freguesia de Atouguia da Baleia, porque não faz sentido que um freguês daquela freguesia receba menos de metade do que outra freguesia. Acrescentou que a Freguesia de Atouguia da Baleia tem vinte localidades, tem centenas de quilómetros de caminhos agrícolas, tem uma dispersão territorial, e deveria ter um acréscimo de valor por isso mesmo e não o contrário, e o que acontece, conforme está documentado nas contas que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia apresentou à Câmara Municipal, é que, durante estes seis anos, a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia foi extremamente lesada nestas transferências de competências. Referiu que existem duas questões, pelas novas competências que cada Junta de Freguesia deveria receber, não há dúvida nenhuma, as Freguesias de Ferrel e da Serra d'El-Rei têm toda a

razão nas suas queixas, em relação às outras competências, que já são exercidas, deveriam ter sido reavaliadas ao mesmo tempo e claro que isso é difícil, mas não pode acontecer é haver, uma vez mais, uma freguesia, em especial a de Atouguia da Baleia, a ser lesada. Explicou que fala especialmente na Freguesia de Atouguia da Baleia e não na de Peniche, porque, de facto, há uma dimensão gigante de diferença nas competências exercidas por uma e pelas outras três, e ser justo é tratar de forma igual o que é igual e de forma desigual o que é desigual. Estando de consciência tranquila, de ter denunciado a injustiça que estava a ser cometida em relação à Freguesia de Atouguia da Baleia, logo em 2014, e de ter exigido a renegociação dos contratos desde aquele dia e, todos os anos depois disso, na sua opinião, agora, mas com atraso, há uma oportunidade para corrigir. Referiu que, em relação ao Partido Social Democrata não há dúvida no apoio àquilo que foi negociado com os senhores Presidente da Junta de Freguesia e àquilo que foi acordado com a Câmara Municipal, mas é bom que se tenha consciência que, de facto, há aqui uma injustiça para trás, e passa a haver agora uma nova injustiça, não em relação a terem aceitado ou não as competências, mas em relação às competências que são exercidas e que passam a ter valores atribuídos distintos a estas duas freguesias e às outras duas.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Que não há nenhum mal entendido, porque o que os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Serra d'El-Rei e de Ferrel e o senhor Presidente da Câmara Municipal andaram a discutir foi que, face à opção que os quatro órgãos tomaram, apresentariam uma proposta que tinha que ter um ponto de partida, é o que diz na Lei, agora, o que a Lei diz é, ponto de partida, nenhuma freguesia pode receber menos do que aquilo que atualmente recebe, a partir daqui, os critérios para as freguesias são de equidade, ou seja, tem que haver critérios objetivos, que são os apresentados. Deu conta que os critérios apresentados para Ferrel e para a Serra d'El-Rei são claros, são iguais, o que difere é que a Freguesia de Ferrel tem mais área, tem mais espaço verdes e mais áreas de escola, mas não estão a discutir a delegação de competências, isso acabou, o que pode existir são contratos interadministrativos, tipo contratos programa, que podem ser feitos entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, mas são à margem destes autos de transferência de competências. Informou que os autos de transferência de competências visam fazer aquilo que eram algumas das competências, essas sim, que estavam delegadas, passam a ser competências próprias das freguesias, a outra coisa que é preciso perceber, também, estão todos a discutir autos de transferência de competências para competências próprias, em termos de intervenção no espaço público, mas existem outras, do ponto de vista administrativo, que hoje estão na Câmara Municipal, que passaram depois as Juntas de Freguesia a aplicar, face aos regulamentos que estiverem em vigor. Explicou ao senhor Deputado Ademar Marques que não podem fazer o custo que apresentou relativamente à Freguesia de Atouguia da Baleia, porque senão acabavam com o país. Perguntou se sabia quanto custa um munícipe de Ansião e de Castanheira de Pera ao país, é muito mais caro do que qualquer cidadão do concelho de Peniche, mas um cidadão do concelho de Peniche custa mais do que custa um cidadão de Lisboa, do Porto, Coimbra e Faro. Lembrou que só há Delegação de Competências neste concelho, desde que o senhor Jorge Gonçalves, foi Presidente da Câmara, porque até então, quem esteve na Câmara Municipal não o quis. Relativamente a hoje, o que estão a discutir são

autos de transferências de competências e não delegação de competências, com efeitos a 1 de janeiro de 2020.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que, relativamente à Freguesia de Atouguia da Baleia, desde que foi à Assembleia Municipal o apoio para os Correios de Atouguia da Baleia, também tem correio e é prejudicado todos os meses e nem uma palavra proferiu, votou a favor, tudo o que sejam apoios para qualquer Junta de Freguesia nunca votará contra.

Ademar Marques (PSD):

Foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei que ajudou a fazer aquela Lei, e ele próprio já disse e reitera que é uma péssima Lei, muito mal pensada em relação aos tempos que estabelece, portanto, se ajudou mais valia não dizer. Aquilo que diz, só é verdade nos termos jurídicos que usa, porque, de facto, as competências exercidas, em parte, na maior parte, são as mesmas. Uma vez mais, para que fique absolutamente claro, acha que têm toda a razão nas críticas aos atrasos e disse-o na Assembleia Municipal, no passado, disse-o na reunião que tiveram com a mesa da Assembleia Municipal, em janeiro, e reitera, é incompreensível que não tenha sido feito em tempo. Acrescentou que, o que não deixa de ser verdade é que a solução, como não é apenas para as novas competências que passam a exercer, mas também para as que já exerciam, independentemente da forma jurídica em que são exercidas, é que passa a haver as duas velocidades de que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, falou, não por opção da Junta de Freguesia, mas porque a Câmara Municipal juntou as duas negociações numa só.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que:

Não tem nada contra, aliás, muito pelo contrário, têm todo o direito a ter as condições que negociaram, não tem qualquer dúvida relativamente a isso, que fique bem claro, o que está em causa para si não é isso, acha que está a ser prejudicado. Em relação ao que foi dito pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que se esta negociação tivesse sido feita à seis meses atrás, provavelmente nem estava a discutir este assunto, o que aconteceu foi que isto foi negociado à cerca de um mês e meio, e na sessão da Assembleia Municipal manifestou logo o interesse de que tudo deveria ser analisado no mesmo pé de igualdade. Gostaria de deixar bem claro que não tem nada contra os acordos feitos com as Freguesias de Ferrel e da Serra d'El-Rei, agora, requeira, tendo em conta o momento em que os mesmo foram negociados, na sua opinião, poderiam ter havido em relação à Freguesia de Atouguia da Baleia e de Peniche, tinha todo o direito e legitimidade, se houvesse vontade da Câmara Municipal, e da parte do senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves, que não houve. Lamentou, não faz sentido, sente-se injustiçado e a Freguesia de Atouguia da Baleia sente-se prejudicada.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Tem muito respeito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, mas não gosta de insinuações, gosta que lhe digam as coisas cara a cara. Referiu que foi Vice-Presidente da Câmara Municipal e para que não seja

esquecido: Escola do 1.º ciclo do Lugar da Estrada, Escola do 1.º ciclo de Geraldês, Jardim de Infância de Geraldês, Escola da Bufarda, Feira da Bufarda, e poderia falar em Ribafria, nos Bolhos, na rede viária e em tantas outras coisas. Disse que insinuações não admitia, pode ter opiniões diferentes das de todos os Presidentes da Junta, mas respeita as opiniões. Acrescentou que não iriam desvirtuar a discussão do essencial, porque o senhor não perdeu rigorosamente nada, a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tem neste momento uma fase de discussão e de negociação que irá ter com a Câmara Municipal, os critérios são os que todos conhecem, que foram para a Freguesia da Serra d'El-Rei e para Ferrel, Atouguia da Baleia tem mais área, tem mais espaços verdes, tem mais escolas para cuidar, tem mais trabalho para fazer, obviamente que irá receber mais. Referiu que era bom a Assembleia Municipal ter conhecimento que na proposta apresenta, nesta sala, no dia 28 de maio, a Freguesia de Atouguia da Baleia já tinha um aumento de 32% relativamente ao valor que recebia e ainda estavam no ponto de partida. Disse ao senhor Deputado Ademar Marques que aquela Lei poderia ter muitos defeitos, mas também tem muitas coisas boas, nomeadamente, na negociação, o valor, não é o senhor Presidente da Câmara ou o que a Câmara Municipal quiser, o ponto de partida é o valor existente, não há relatórios semestrais, porque as Juntas de Freguesia não são uma apêndice das Câmaras Municipais, é o princípio do respeito da autonomia do poder local, na Lei diz que competências têm que ser acompanhadas dos meios respetivos, aliás, quando passarem ao ponto seguinte, verificaram de que forma foi feita a negociação.

Carlos Policarpo (GCEPP):

Disse que a sua intervenção é genérica. Referiu que está ali, porque foi convidado por uma pessoa, que acredita, para um projeto, que acredita, nunca esteve envolvido em política, e nesta Assembleia Municipal tem visto pessoas qualificadas que falam de matérias que conhecem e poucas intervenções tem tido, no entanto, hoje houve uma intervenção que o deixou triste, que foi a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, porque a seu ver, fez um ataque pessoal, inqualificável, ao senhor Presidente da Câmara.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que não fez nenhum ataque pessoal. Convidou o senhor Deputado Carlos Policarpo a ler a intervenção que fez e depois poderá perguntar-lhe o que lá está escrito que não seja verdade e retratar-se-á com toda a clareza. Tudo aquilo que relatou aconteceu e não pode deixar de assumir a sua função nem deixar de dizer o que tem para dizer.

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse que também esteve presente na reunião de 28 de maio e não convidou a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia nem a de Peniche e, na altura, referiu que alguma coisa não estava bem, mas que é do passado, não é de agora.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Gostaria de dizer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, que aquela não é a intervenção que ficará na história, quem diz a história são os comportamentos dos seres humanos. Referiu que chegou à idade que tem, tem muito

orgulho na sua vida e os princípios que o nortearam, obviamente que se voltasse atrás, havia coisa que fez que não faria do mesmo modo, e espera que quando o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, chegar à sua idade se orgulhe também do seu passado. Referiu que, quando deixar de exercer funções, terá muita coisa para responder e não sabe se escreverá sobre o que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, escreveu, porque a verdade não está lá toda e não vai falar sobre essa verdade, porque sabe onde falhou. Confessou, e também já o disse publicamente, que não consegue ultrapassar algumas situações, não deita para trás das costas, coisas que o marcam na vida, com quem quer ou não quer andar é um problema seu e, obviamente, este é um momento marcante e não é pelo exercício de funções e não é por cada um defender os seus próprios pontos de vista.

Relativamente ao processo, e já o disse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, vai ser muito exigente para o Município, que não é seu, apenas exerce funções. Tenta ser justo quando faz estas avaliações e a dificuldade deste processo tem a ver com aquilo que o senhor Deputado Ademar Marques referiu, a dificuldade é transferir o que vinha do passado e fazer o equilíbrio para o futuro é muito complicado, porque os valores não são equilibrados, nunca foram nem vão passar a ser. Adiantou que é urgente, e já o disse aos senhores Presidentes de Junta de Atouguia da Baleia e de Peniche, e não concorda que estejam à espera do final do ano ou de setembro para o fazer, devem fazê-lo imediatamente. Acrescentou que pretende em julho reunir com as Juntas de Freguesia de Atouguia da Baleia e de Peniche, para tentar, a partir do que for hoje aprovado e, também, das propostas das Juntas de Freguesia, trabalhar uma solução. Referiu que acha interessante que se elogie pessoas que passaram por estas funções, e no passado a Junta de Freguesia de Peniche foi muito injustiçada, mas o que interessa é que consigam construir alguma coisa de positivo para o futuro, em termos de direitos e da qualidade de vida da população. Adiantou que na análise deste processo em reunião de Câmara, houve um momento, que sentiu que havia uma pessoa que estava a querer aprofundar os critérios de avaliação e compreendeu que se tratava de um processo muito difícil. Acrescentou que iriam tentar fazer dois acordos equilibrados, é verdade que a Câmara Municipal não tem um orçamento que permita irresponsabilidades, mas tem que ser justa.

Deliberação n.º 19/2020: Considerando a deliberação da Câmara Municipal n.º 696/2020, de 29 de junho de 2020, e submetida a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, por maioria, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (4), e uma abstenção da senhora Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira, do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, aprovar os termos da transferência das competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º do decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para a Freguesia de Ferrel.

3) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO N.º 1 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL, PARA A FREGUESIA DA SERRA D'EL-REI:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 20/2020: Considerando a deliberação da Câmara Municipal n.º 697/2020, de 29 de junho de 2020, e submetida a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (4), aprovar os termos da transferência das competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º do decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para a Freguesia da Serra d'El-Rei.

4) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A APROVAÇÃO DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PENICHE E A DOCAPESCA - PORTOS E LOTAS, S.A., QUE TEM POR OBJETIVO A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DA DOCAPESCA PARA O MUNICÍPIO, NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 72/2019, DE 28 DE MAIO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da informação.

Sofia Barradas (PSD):

Disse que:

Relativamente a este assunto, é a favor desta transferência de competências, não pretende com a sua intervenção levantar quaisquer obstáculos, mas identificou diversas questões, que entretanto, algumas, o senhor Presidente da Câmara respondeu na apresentação que fez. Referiu que esta transferência é das mais importantes para o Município de Peniche, provavelmente não se vão aperceber disso agora, mas certamente se aperceberão daqui a alguns anos e, portanto, há de facto um conjunto de questões que gostaria que ficassem bem explicitas. Na questão, que o senhor Presidente mencionou, das áreas a transitar, não percebeu qual foi o condicionalismo no que se refere à área da Marina, foi por causa do quebra mar, mas foi relativamente à obra que foi feita? Solicitou que o senhor Presidente explicitasse um pouco mais esta questão, dado que esta área era muito interessante para a Câmara Municipal. Sobre a eclusa, manifestou a sua preocupação relativamente a esta infraestrutura. A impressão que tem é que ela nunca funcionou de forma adequada, sabe que em 2016/2017 teve uma reparação para corrigir um erro de conceção, pelo menos foi o que a Docapesca, na altura, veiculou e não sabe se o problema foi totalmente corrigido e a eclusa ficou completamente operacional, portanto, a preocupação é o estado de conservação da eclusa e qual é o investimento necessário para garantir a operacionalidade da mesma. Desconhece se, no âmbito da comissão que foi constituída, este assunto foi discutido com este nível de detalhe, mas, na sua opinião, é importante a Assembleia Municipal saber, até porque, provavelmente,

o primeiro passo a tomar será garantir a operacionalidade desta infraestrutura.

Ainda, em relação a esta questão, há uma outra que lhe suscitou dúvidas, que é o relatório da comissão, que faz parte da documentação disponibilizada, mas não consta qualquer inventariação dos bens móveis e imóveis que devem ser transferidos para a Câmara Municipal, assim como também não é referido o estado de conservação desses bens. Quando se lê o Decreto-Lei que concretiza esta transferência de competências, ele estabelece que, de facto, estas informações devem constar do relatório da comissão e que depois o Município é que deliberará aceitar, no todo ou em parte, as propostas do relatório. Acontece que o relatório identifica as áreas a transitar, identifica também os recursos humanos que transitarão, mas não nenhuma inventariação dos bens móveis e imóveis e do respetivo estado de conservação. Perguntou se há alguma razão para esta omissão, se isso foi falado no âmbito da comissão.

Relativamente aos recursos humanos a transitar, o senhor Presidente da Câmara referiu que isto foi uma imposição da Docapesca. Dado que isto foi, também, um processo de negociação, gostaria de saber se entende que realmente há mais valia nestes recursos humanos e se foi inevitável esta transferência, ou seja, isto é, de facto, uma mais valia para a Câmara Municipal, este tipo de qualificação são as que fazem falta à Câmara Municipal. Colocou a questão, porque há uma garantia de que estes dois trabalhadores irão manter as suas condições de base, nomeadamente quanto aos vencimentos, e será também um custo acrescido para a Câmara Municipal.

Gostaria que ficasse explícito qual é o Anexo I do protocolo. Julga que será um PDF que lhes disponibilizado à parte do protocolo e não o Anexo I que consta no PDF do protocolo, porque esse anexo não tem muita leitura, inclusivamente, não encontrou a legenda desse desenho, gostaria que confirmassem se de facto é assim.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Em primeiro acha que lhes falta informação, aliás a intervenção da senhora Deputada Sofia Barradas evidência muito isso. Referiu que isto não quer dizer que não considere que esta proposta de transferência de competências, relativamente a estas áreas, não seja importante para o Município de Peniche, a sua opinião, como sabem, é favorável há muitos anos. Na sua opinião, é uma boa competência que passam a ter, vai contribuir para que acabe a desculpa, permanente, de que o Município não pode decidir, que na prática não é desculpa nenhuma, porque são outros a gerir um território que deveria ser nosso. Relativamente às áreas específicas, tem consigo uma informação das áreas que estão em causa, aliás o senhor Presidente da Câmara elencou um conjunto delas que vão ao encontro das que tem. Em relação ao pessoal, com o devido respeito pela Docapesca, esta não pode impor nada, pode negociar. A Docapesca não é o Governo, é uma estrutura do Governo, desconcentrada, e havendo uma fase de negociação, estas questões do pessoal não podem ser impostas e todos sabem que isso está claro no pacote que foi apresentado pelo Governo, relativamente à transferência de competências. O Governo tem no seu programa o seguinte: A transferência de competências é feita com os recursos necessários transferir, acompanhados do respetivo envelope financeiro.

Há outra questão que lhe parece muito importante, que é o dinheiro para os investimentos, logo, é necessário, mais tarde, ir uma informação à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, em que fique claro o que são investimento e o valor respetivo, porque todos sabem os problemas que a eclusa tem dado e o custo de uma eclusa, estão

a falar em mais de um milhão de euros, e não vê a Câmara Municipal com capacidade a resolver, até porque não seria justo ser a Câmara Municipal a pagar, porque se aquilo foi feito, sofreu alterações, como todos sabem, teve um custo adicional, mesmo assim não funcionou e mesmo que funcionasse não valia a pena, porque os barcos nunca vieram para o Portinho do Meio, e atenção, estão a falar de muito dinheiro. Em suma, sim ao princípio, é necessário obterem mais informações sobre um conjunto de questões, nomeadamente, em relação à questão dos investimentos, estas questões do pessoal não devem considerar que estão resolvidas, porque a Docapesca assim o quis, não, a Docapesca pode querer, é legítimo e respeitável, mas a Coligação Democrática Unitária discorda, portanto, as pessoas devem vir, o envelope financeiro deve acompanhar os encargos inevitáveis e, como em todas as negociações, deve haver de parte a parte cedências.

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Referiu que o que foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, é verdade, o futuro dirá se fizeram bem ou mal, neste momento deu-lhes a despesa, porque estes dois funcionários custam quase cinquenta mil euros por ano, só espera que no futuro lhes seja dado o resto.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação ao Quebra-Mar e a razão pelo qual é um impedimento para que sejam transferidas outras áreas. Deu conta que o Quebra-Mar foi suportado por uma candidatura comunitária, de cerca de um milhão e meio de euros, com um determinado propósito e fundamento, e se fossem transferidas estas áreas para o município, neste momento, poderia colocar em causa este financiamento, ou seja, a União Europeia poderia solicitar a devolução desta verba, portanto, durante quatro ou cinco anos, o prazo que conta é após a entrega, poderá ser feita. Pensa que poderá existir aqui uma oportunidade, até porque a Marina precisa de ser intervencionada e pode ser que seja dentro deste prazo.

Sobre a eclusa, não pretende falar muito nisso, mas aquela obra também era do Município, e não pretende responsabilizar nenhum técnico do Município, até porque aquele foi um projeto externo. Deu conta que a parte da intervenção da comissão, no essencial, é fazer o levantamento daquilo que a Docapesca quer transferir e o Município aceita ou não. Acrescentou que tudo é negociável, mas acha importante, e tentou fazê-lo, ter uma boa relação com a Docapesca, para ir negociando outros propósitos, no fundo, procurar reverter a favor do Município algumas decisões que, há uns anos atrás, eram importantes para a Docapesca na perspetiva de desenvolvimento do Município.

Sobre os trabalhadores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal falou em cinquenta mil euros, também viu e tentou rebater, e não seriam só dois, haveria um outro que ganharia mais.

A eclusa, não sabe se é um milhão, nem sabe se é aquela a solução, mas deixar na mão da Docapesca nunca mais irão resolver, porquê, porque já foi feita há muitos anos, se vier para o Município pode ser que inventem uma solução, com ou sem fundos comunitários, terão que trabalhar. A senhora Deputada Sofia Barradas perguntou se estava quantificada, informou que não há possibilidade de quantificar, a urgência e o objetivo é referenciar os espaços, o essencial daquilo que é transferível. Adiantou que há

coisas a fazer, mas quando fazem um acordo destes, e respeita muito as entidades e acha que têm um parceiro, que é a Docapesca, que tem uma orientação do Governo, há muitos anos, que é fazer dinheiro e entregá-lo ao Orçamento de Estado e, inclusive, não trata do seu território, como às vezes nós também não tratamos do nosso, mas no caso da Docapesca, o Município vai entrar lá dentro. Referiu que a Câmara Municipal tem uma boa relação com a Docapesca, que preza, que percebe a postura reivindicativa do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, mas há um equilíbrio e esticou a corda até o conseguir, e não foi fácil, e há uma necessidade de manter esta postura para, com a Docapesca, ir fazendo, na medida do possível, os protocolos e, aí é muito ambicioso, não é só aquele traço nos Estaleiros Navais, até porque quem esteve presente sabe que lhe custou engolir aquele acordo, e não é uma crítica, entendeu, achou justo, numa perspetiva de criar ali um estaleiro com uma possibilidade diferente da de hoje, mas têm ali uma oportunidade, a Avenida do Porto de Pesca é outra oportunidade, a Zona Portuária, que fica a norte do Clube Naval de Peniche, a zona de armazéns e outras zonas podem ser vistas de outra forma.

Em relação aos bens móveis e imóveis, falta informar o Executivo Municipal sobre uma situação que resolveu com a Docapesca e que estava quase perdida, que são bens, mas mais tarde serão informados.

Sobre os custos acrescidos, são os dois trabalhadores, não há bens móveis nem imóveis, há equipamentos, nomeadamente os que vêm das concessões/rendas e que irá competir ao Município, agora, não podem, num processo negocial desta natureza, querer só bons negócios. Disse, ainda, que este processo não traz envelope financeiro, assim como o das concessões de praia, em que o envelope financeiro não existe. Concorde com o que disseram, nomeadamente a senhora Deputada Sofia Barradas e o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, que isto é muito importante para o futuro e para o desenvolvimento do concelho, é uma das áreas que são determinantes para uma nova perspetiva de desenvolvimento do território e de aproveitamento.

O Anexo I é precisamente o mapa.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Sobre a negociação, tem os membros da Assembleia Municipal para ajudar.

Relativamente à eclusa, chamou à tenção que o projeto da eclusa não é municipal, ainda é do tempo do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), do senhor Engenheiro Ricardo Esteves, depois, durante a construção e a entrada em funcionamento da mesma, houve problemas, e houve a necessidade de fazer um novo projeto, e todos estão lembrados, que tiveram uma circunstância excecional, com ondulações entre os catorzes e os dezasseis metros de altura e foi aproveitado, por alguém, para dizer que aquelas correntes foram tão fortes que estiveram na origem das avarias da eclusa. Disse, ainda, que o que pretendeu dizer foi que, seja aquele sistema de eclusa ou outro, custa muito dinheiro e, na sua opinião, nesta fase tudo o que o Município conseguir salvaguardar para o futuro, é muito bom.

Sofia Barradas (PSD):

Disse que pretendia reforçar a questão da eclusa, na sua opinião, é importante que deve ficar bem esclarecida, já que não ficou no relatório da comissão, e volta a falar nesta questão, porque ela está bem explicita no Decreto-Lei n.º 72/2019, que concretiza

esta transferência de competências, que refere que essa listagem deve constar no relatório da comissão, assim como o estado de conservação. Acrescentou que, obviamente, haverá bens imóveis que serão transferidos e deveria ser feita uma avaliação. O Decreto-Lei é completamente omissivo quanto a envelopes financeiros para acompanhar esta questão ou mesmo para acompanhar a questão do estado de conservação e poder entregar alguns equipamentos operacionais ao Município.

Relativamente àquilo que o senhor Presidente da Câmara referiu, e que não podiam estar mais de acordo, acha que o relacionamento com a Docapesca é, sem dúvida, muito importante, agora, um processo de negociação não tem que ser um processo de aceitação, e por isso é que é importante aprofundar estas questões e debatê-las e perceber o porquê, porque é que não consta no relatório, quando o Decreto-Lei diz que tem que constar, porque a sua preocupação é salvaguardar todas as questões que devem ser salvaguardadas para Peniche, porque esta, é de facto, uma das matérias mais importantes em termos de transferência de competências, no sentido estratégico para Peniche, se falarem médio / longo prazo, não será para já. Acrescentou que todos são ambiciosos para Peniche, por isso estão na Assembleia Municipal, e todos têm soluções a apresentar no futuro, a preocupação, à data de hoje, é salvaguardar as condições em que estão a aceitar a transferência de competências, não está em causa a sua transferência, é apenas salvaguardar e evitar eventuais transtornos e despesas que possam ser desnecessárias, relativamente a esta transferência de competências.

Gostaria de esclarecer que, relativamente ao que foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, quando referiu que a eclusa quase que seria desnecessária, porque os barcos não passavam por ali, a eclusa ou uma outra solução é para garantir a regularização dos níveis de água, entre a bacia portuária e o fosso da muralha, e o Município, efetivamente, tem todo o interesse nisso, se quer depois aproveitar todo o espelho de água como pensa que seja o objetivo. A eclusa desempenha um papel muito importante no aproveitamento de um espaço que é superprivilegiado na cidade de Peniche. Até agora todas as justificações poderiam ser válidas, mas não era da responsabilidade da Câmara Municipal, a partir de agora vão passar a ser e isso muda tudo.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que gostaria de esclarecer a senhora Deputada Sofia Barrada que não foi aquilo que disse, o que disse foi que, relativamente à eclusa, ela é importante, mas não podem continuar a ter a ausência de utilização do espaço que não é utilizado, o chamado espelho de água, porque existe um problema na eclusa.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que está convicto que se a eclusa não passar para o lado do Município, ninguém vai resolver aquele problema, porque senão já tinham resolvido. Importa, mantendo a relação com a Docapesca, procurando alguma solução financeira, que a Docapesca, no fundo, contribua para essa solução, agora, ou o Município dirige o processo ou não haverá resolução.

Deliberação n.º 21/2020: Considerando que o Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, veio concretizar, nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a transferência para os órgãos dos municípios de competências no domínio das áreas

portuárias e marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, as deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, números 738/2019, de 11 de junho e 44/2019, de 28 de junho, respetivamente, e que para o efeito, o n.º 2 do artigo 1.º do referido Decreto-Lei prevê que as áreas a transferir sejam identificadas em protocolo a celebrar entre a autoridade portuária e o Município, tendo na mesma data o relatório, contendo a proposta de transferência e a minuta de protocolo, sido remetida para o Município, e a deliberação da Câmara Municipal n.º 626/2020, de 15 de junho de 2020, por votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Social Democrata (8) e pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Américo de Araújo Gonçalves, eleitos pelo Partido Socialista (1), e três abstenções (3), dos restantes membros eleitos pelo Partido Socialista, aprovar a minuta de protocolo a celebrar entre o Município e a Docapesca, que tem por objeto a aceitação da transferência das seguintes competências da Docapesca para o Município:

a) Gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários;

b) Gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária.

O senhor Ângelo Miguel Ferreira Marques, eleito pelo Partido Socialista, não participou na apreciação e votação deste ponto.

O Partido Socialista entregou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

Protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e a Docapesca - Portos e Lotas, S.A., que tem por objetivo a Transferência de Competências da Docapesca para o Município, no âmbito do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio:

Apesar da concordância com os princípios da Transferência de Competências, a abstenção do grupo de deputados neste ponto prende-se com os seguintes aspetos:

1) A informação técnica disponibilizada não permite uma avaliação real e concreta da situação atual e da perspetiva de futuro;

2) Algumas questões, como a eclusa do Fosso da Muralha, deveriam estar salvaguardadas antes do início da discussão da transferências de competências;

3) De acordo com o Protocolo proposto, o Município de Peniche parte em desvantagem porque apenas são transferidos dois trabalhadores para uma área a transferir que se espera ser de grande dimensão. Os deputados municipais, Henrique Estrelinha, Tiago Gonçalves e Pedro Barata.»

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 22/2020: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco

barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo uma hora e quinze minutos do dia um de julho, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária do mês de junho, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

Os originais dos documentos referidos nos pontos três, cinco, seis, sete, nove, dez e onze, aprovados nesta reunião, ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)
